

JLO

ECONÓMICO

2 de Novembro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 233
Director-Geral
Evaristo Mulaza



Fernando Solinho,
empresário

“O velho hábito de exportar capital com a simulação de importar produtos básicos continua”

Págs. 4 e 5

REVELAM AS INSTITUIÇÕES

Cultura 'esquece-se' de incluir UEA, UNAP e UNAC no OGE

Págs. 26 e 27

CUSTO DO PROJECTO SUBIU 164%

Presidência volta a inscrever no OGE biblioteca riscada em Julho por pressão popular

FINANÇAS PÚBLICAS. O Governo voltou a inscrever, na proposta do OGE de 2021, a construção da biblioteca da Presidência da República. O projecto, que incluía uma galeria, constava da proposta do OGE Revisto do ano em curso, mas acabou retirado, em Julho, após fortes críticas da sociedade que o considerou não prioritário. Na altura, a Presidência foi também obrigada a deixar cair o projecto de reabilitação do centro clínico dentário. No entanto, ao contrário dos anteriores 1,2 mil milhões de kwanzas, o custo da biblioteca subiu agora cerca de 164% para 3,1 mil milhões de kwanzas. Págs. 6 e 7



CLIENTES LESADOS
PGR investiga contrato da Jefran com o MININT

Pág. 12

ACUSAÇÃO É DO EMPRESÁRIO

JLO entrega obra de Bartolomeu Dias à Omatapalo sem explicação

Pág. 10



O BODE EXPIATÓRIO DO PRESIDENTE

Que uma coisa fique, desde logo, clara. A agitação política e social que devasta hoje o país não pode ser compreendida com pretextos de circunstância. E, verdade seja dita, não é nada que tenha apanhado a governação e os políticos avisados de surpresa. Os riscos sempre foram evidentes e houve quem, a todo o momento, acautelasse com alertas fundados.

Com o início do mandato de João Lourenço, os avisos agravaram-se após a confirmação definitiva da intervenção do Fundo Monetário Internacional. A partir de finais de 2017, mas sobretudo no princípio de 2018, várias análises internas e externas começaram a prevenir que João Lourenço deveria estar preparado para assumir o risco político e social que decorreria das reformas na economia. Porque o Governo, empurrado pelo Fundo, optou, numa única sentada, por combinar medidas económicas duríssimas com impacto social inmensurável. Mas, sobretudo, porque, ao mesmo tempo que essas medidas eram aplicadas, o Governo não foi capaz de concretizar programas que atenuassem a dureza das reformas. Pelo contrário, a derrapagem do valor do kwanza, o agravamento dos impostos (especialmente do lado dos rendimentos das famílias), alinhados com uma obcecada tentativa de consolidação

fiscal, penalizaram gravemente o consumo e o investimento público e privado. E, como consequências sociais mais palpáveis, o desemprego e a pobreza extrema descontrolaram-se. Estava, portanto, desde logo, a ser montado o cenário perfeito para o agravamento das tensões sociais e políticas.

Mas há explicações ainda mais profundas para se compreender o que se passa hoje, no contexto da governação de João Lourenço. Mais do que uma mera percepção, está cada vez mais consolidada a convicção de um falhanço rotundo do conjunto da agenda reformista do Presidente. Os jovens que levam a contestação à rua são, na verdade, a face visível da indignação de uma maioria expressiva da população. Uma população que, grosso modo, se diz enganada e desiludida com os incumprimentos do Presidente. E não é para menos. As principais bandeiras do mandato iniciado em 2017 caíram. Do desemprego não há muito que se diga. João Lourenço destruiu mais empregos, em três anos, do que os que prometeu criar em cinco anos.

A efectivação das eleições autárquicas emperrou e não é verdade que a culpa seja da pandemia. A maximização das liberdades – a de expressão e de imprensa – não passou de um engano e os últimos acontecimentos de 24 de Outubro são apenas mais uma prova disso. Sobre a luta contra corrupção é o critério que já se conhece. Quando se trata de figuras cimeiras, ou são inimigos reais e virtuais, ou são próximos a José Eduardo dos Santos. E os processos nas instituições de (in)justiça correm com todos os atropelos inimagináveis. Com ou sem provas, os visados são condenados por ordens superiores. O resto é para proteger a todo o custo. E, quando muito, uns poucos são largados nas malhas da (in)justiça, quando o ruído popular se torna insuportável.

Como se vê, arranjar bodes expiatórios pela agitação popular, como se pretende fazer com a Unita, é, no mínimo, um sintoma de desespero. Assim como é desavisado confundir um posicionamento táctico com um erro estratégico, como o fez o deputado David Mendes.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS...



LIBERTY CHIYACA,
líder da bancada parlamentar da Unita

O deputado David Mendes decidiu abandonar o grupo parlamentar. Qual é a vossa posição?

Do nosso ponto de vista, Angola vive uma grave crise política, porque as nossas instituições perderam credibilidade. O Governo, a Assembleia Nacional e os tribunais perderam credibilidade. Logo, é urgente credibilizar a política e os seus agentes e seguidores.

Como?

Não se pode fazer política sem a decência, sem a elevação moral e ética e, sobretudo, sem a assumpção clara e inequívoca de um compromisso com a cidadania.

O deputado fala em falta de solidariedade...

A Unita manifestou solidariedade de forma incondicional ao deputado. Obviamente, rejeitamos qualquer linguagem de violência. Por outro lado, deixamos bem claro que, estando o regime a passar por uma fase crítica de falta de credibilidade, de soluções para os desafios políticos, económicos e sociais, tem estado a apostar numa estratégia de realinhamentos dos seus apoios. E vai buscar apoios em vários círculos. Foi estranho notar uma defesa que era feita de forma reiterada pelo deputado: faltou à verdade ao dizer que o presidente da Unita orientou censura àquilo que tinha de ser dito no Parlamento.

27

TERÇA-FEIRA

O líder do PAIGC, Domingos Simões Pereira, considera, em Luanda, durante uma audiência com João Lourenço, que se vive, na Guiné-Bissau, uma situação de “poder absoluto” que põe em causa liberdades individuais e colectivas e a separação de poderes.

28

QUARTA-FEIRA

A petrolífera Total, operadora do bloco 32, anuncia que está a desenvolver todos os esforços para minimizar o eventual impacto, nas comunidades e no meio ambiente, do derrame para o mar estimado em 35 metros cúbicos de petróleo, devido a uma ruptura do flexível, a 22 deste mês.

29

QUINTA-FEIRA

Morre, aos 48 anos, o empresário congolês e marido da também empresária Isabel dos Santos, Sindika Dokolo. Dokolo foi vítima de afogamento enquanto fazia mergulho em apneia, uma actividade que praticava com frequência.



26

SEGUNDA-FEIRA

O Presidente da República exonera a ministra da Cultura, Turismo e Ambiente, Adjany Costa, que ocupava o cargo desde Abril deste ano. Para o seu lugar, é nomeado o crítico literário Jomo Fortunato.

30

SEXTA-FEIRA

É conhecida a versão preliminar do Orçamento Geral do Estado para 2021 que não prevê admissões na função pública e também proíbe o pagamento de horas extraordinárias, excepto na saúde.



24

SÁBADO

Um fotógrafo do Valor Económico, dois jornalistas da Rádio Essencial, e um motorista, do Grupo GEM Angola, proprietário dos órgãos, são detidos quando fazem cobertura de uma manifestação da sociedade civil e permanecem mais de 50 horas detidos.



25

DOMINGO

O presidente da Unita, Adalberto Costa Júnior, acusa o Governo de estar “cobarde” a usar a covid-19 para “esconder as suas debilidades e assumindo crescentemente “uma dimensão repressiva e violenta”.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM LENTIDÃO...

O preço do petróleo continua a ser bastante afectado pela pandemia da covid-19, iniciando a semana longe dos 40 dólares. O Brent, referência às exportações angolanas, abriu a negociar 37,17 dólares, depois de fechar a semana anterior nos 37,46 dólares. Já o WTI começou a segunda-feira a negociar nos 35,09 dólares.



BOLSAS EUROPEIAS EM ALTA...

As bolsas europeias fecharam com ganhos robustos, motivados pelo sinal de resistência da economia dos EUA. O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou com ganhos de 1,61%, em 347,86 pontos. Ao passo que o índice FTSE 100 encerrou com proveitos de 1,39%, em 5.654,97 pontos. Já o DAX fechou com ganhos de 2,01%, a 11.788,28 pontos.

Entrevista

FERNANDO SOLINHO, EMPRESÁRIO

“Por mais que produzamos, será muito difícil substituir as importações”

Critica a fusão das pescas com a agricultura e espera por uma “inevitável separação” desses dois pelouros. Um dos maiores produtores de sal do país, Fernando Solinho afirma que será muito difícil inverter as importações por causa das ‘comissões’ que ‘engordam’ certos bolsos. E entende que o combate à corrupção ainda nem começou, mas já está a afectar “o pacato cidadão”. Confessa ainda não acreditar na execução dos programas económicos, por falta de fiscalização.



continua. Mas esperemos que essa fase esteja a chegar ao seu fim. Oremos.

As importações rendem ‘comissões’?
Exactamente!

Mas há capacidade nacional para se inverter o quadro?
Por mais que produzamos, será muito difícil substituir a importação de sal. Um dos maiores consumidores de sal é a indústria extractiva de petróleo, que consome mais de 500 mil toneladas/ano. Nós (produtores nacionais) estamos a lutar para chegar às 200 mil.

Que impacto está a ter a covid-19 na manobra das empresas do sector salineiro?

A covid-19, até ao momento, no Namibe, não trouxe alterações negativas. Temos de reconhecer que tal positivismo tem que ver com o alastramento da pandemia que chegou tarde à nossa província. Resumindo, nenhum produtor pode ter a covid-19 como pretexto de baixa de produção. Até porque o sal é um dos produtos indispensáveis à vida animal onde estamos inclusos, onde tudo o que se produz é consumido.

Mas a sua empresa não despediu nenhum dos 115 trabalhadores?

Por Júlio Gomes

O **Ministério das Pescas e do Mar voltou a ser agregado à Agricultura. Qual é hoje a sua opinião, sendo que sempre defendeu a separação destes dois sectores?**
Mantenho a minha convicção

de que esses dois sectores económicos, quando unidos, tendem a fracassar os dois. O nosso país tem muita água atlântica, ou seja, temos uma costa marítima com cerca de 1.600 quilómetros, além dos rios, riachos e lagoas. Temos ainda muito chão (mais de um milhão de quilómetros) do qual, no mínimo, 33% é arável. Assim sendo, está justificada a minha defesa. Só lamento que quem de direito não tenha dialogado com o chefe do Exe-

cutivo, o Presidente João Lourenço, e explicado o fracasso que se viveu na fase do ministro Pedro Kanga. Mas tenho fé que não tardará e voltaremos à inevitável separação. Vamos devagar!

Qual é a dificuldade de se evitar o dispêndio de divisas com a importação de sal?

Importar ainda faz parte de muitos que decidem em nome do país. Lamentavelmente, o Exe-

cutivo alega que ouve as associações, escuta as populações, mas, na prática, é mero charme de governação. Só assim se justifica a entrada de sal. A Aprosal, uma associação que agrega todos os produtores de sal do país, nunca foi consultada para justificar se, de facto, se impõe a importação de sal. Portanto, os velhos hábitos de exportar capital (euros/dólares) com a simulação de importação de produtos básicos (alimentares e não só)

“Contam-se os produtos alimentares em condições de exportar. Sou apologista que deveremos produzir muito, mesmo sem a qualidade de excelência, e calmamente entrarmos na produção com qualidade.”

Felizmente, mantemos o mesmo número de trabalhadores. Não houve, até ao momento, motivos para dispensarmos algum. Mas, como essa pandemia nos vai surpreendendo ao minuto, tudo pode acontecer de forma penalizante. Cuidemo-nos.

Acredita em programas do Governo, como o PAC, Prodesi, e o mais novo, o PIIM?

Por regra e por respeito, nós acreditamos em todos os programas idealizados, aprovados e em curso. O nosso principal problema está em saber quem fiscaliza a execução dos mesmos. Existe uma máxima que diz: “Em tempo de crise, quem guarda o guarda?”

O que isso significa?

Os resultados de todos os programas dependem de uma fiscalização isenta, competente e...honestas. Resumindo, estou céptico em relação à qualidade de todos os programas colocados à disposição da sociedade.

Sabe-se que nunca recorreu a financiamentos para alavancar a sua salineira. Onde está o segredo?

O segredo da Saldo Sol, Lda. está no seguinte: somos dois sócios que trabalham em tempo integral para a empresa, não fazemos gastos fúteis, valorizamos a classe de trabalhadores que compõem a empresa. Jamais, em 27 anos de existência, tivemos um salário em atraso. Cumprimos com todos os subsídios a que os trabalhadores têm direito, honramos com todos os impostos a que estamos sujeitos, reformamos todos aqueles que atingem o momento certo. De entre outros segredos, esse nosso comportamento faz com que esta empresa seja respeitada por tudo e todos.

Quanto já investiu na empresa, visando a sua modernização?

A empresa, todos os anos, faz dos seus lucros um investimento na melhoria do nosso produto e das forças vivas que a ladeiam. Portanto, todos os anos investimos mais de 85% dos lucros na nossa organização. Tanto na renovação de equipamentos como ‘dampers’, electrobombas, meios de trabalho de sacaria e demais. Podem chegar a atingir valores razoáveis à nossa comercialização.

Que não estão quantificados?

Acho que isso é irrelevante.

UMA VIDA DEDICADA AO SAL

Nasceu em Malanje, mas identifica-se mais com as terras da ‘welwitchia mirabilis’, onde há mais de duas décadas decidiu investir na produção e comercialização do sal. Considerado muito dedicado à sua actividade na província, não gosta de falar de si. “O meu perfil? Dispensar! Espero que sejam os outros a destacar ou criticar a minha acção”, rebate o empresário que tem “muitas sugestões” e que já chegou a chamar atenção ao chefe do Governo “sobre muita coisa que deve ser corrigida”, para tocar o país para frente.

“Os resultados de todos os programas dependem de uma fiscalização isenta, competente e... honesta. Resumindo, estou céptico em relação à qualidade de todos os programas colocados à disposição da sociedade.”

Qual é a vossa capacidade de produção?

Somos uma pequena empresa no universo nacional. Produzimos pouco mais de cinco mil toneladas ano (2,5% da produção nacional), com uma e única diferença das demais: produzimos com qualidade, presença comercial e com muito rigor.

Tem sido crítico do afastamento dos empresários namibenses do Governo. Porquê?

A classe empresarial, nessa fase da



pandemia chamada corrupção em tempo recorde. Resumindo, esse combate ainda não se iniciou e já desgastou até o pacato cidadão que engraxa sapatos. Vamos fazer mais como...

Portanto, admite um fracasso?

Como a pandemia da covid-19 serve para tudo...tudo pode acontecer, só não temos um horizonte temporal. ‘Ngana Nzamby we gia’, ou seja, que Deus nos ajude.

O porto do Namibe é dos mais caros do país. Isso não interfere negativamente no desenvolvimento económico da região?

O porto do Namibe é uma empresa pública a ser gerida com métodos privados, cujos gestores estão mais preocupados em ganhar milhares do que melhorar a gestão de custos. Fica assim...Vamos esperar para crer num futuro melhor.

Voltemos às importações. É um sonho adiado a substituição das importações?

Exportar tem sido um ‘slogan’ de muitos dirigentes que, em clima climatizado, fazem confusão com quilos e toneladas, além de certas equações. Só Deus sabe onde eles vão buscar tais resultados. No nosso país, contam-se os produtos alimentares em condições de exportar. Entrem na real. Sou apologista que deveremos produzir muito, mesmo sem a qualidade de excelência, inundar os mercados e calmamente entrarmos na produção com qualidade, diminuindo as quantidades. Se assim o fizermos, acreditem que, dentro de 10 anos, teremos o nosso espaço internacional. Agora injectam milhões hoje e pedem exportação amanhã. Estamos em que planeta?

Foi criado recentemente o Conselho Económico Social. É uma boa ideia?

A ideia é extraordinária, mas existem pacatos cidadãos anónimos que são detentores do conhecimento do país e sem compromissos morais que deveriam também ser escolhidos. Conheço alguns dos escolhidos e só pelo facto de serem membros deste conselho já mudaram o seu comportamento. Assim não vamos lá e os resultados a que o Presidente da República gostaria de atingir estarão comprometidos. Mas quero estar errado...

covid-19, está mesmo divorciada dos governantes, literalmente. Vamos gerindo com métodos virtuais e outros de manter a máquina em funcionamento. A título de exemplo, o actual ministro da Agricultura e Pescas e demais altos responsáveis do superministério já visitaram parte da costa marítima várias vezes e ainda não chegaram ao Namibe. Enfim...

Mas o Namibe, além de sal e peixe, tem também um deserto

subaproveitado. Concorda?

Devem responder os governantes.

O que acha do combate à corrupção?

O combate à corrupção tomaria um verdadeiro caminho de solução se tivesse a mesma atenção que temos ao combate à covid-19. Acreditem que, se a envolvimento massiva no combate ao vírus fosse a mesma ao combate à corrupção, o país estaria livre desta

Economia/política

PROPOSTA DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Suspensão de pagamentos de linhas de crédito sem impacto no OGE

FINANÇAS PÚBLICAS. Efeito cambial e compromisso com outros devedores impactam negativamente nas contas. Valor a gastar com as dívidas externas aumenta.

Por César Silveira

As negociações para o alcance de acordos de reestruturação do perfil do serviço da dívida com os principais credores externos têm pouco ou nenhum reflexo no Orçamento Geral do Estado proposto para 2021, tendo em conta que a operação com o serviço da dívida pública externa,

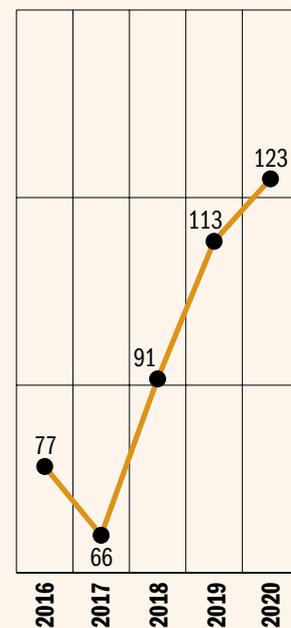


ao invés de reduzir, aumenta cerca de 4,2 pp, para 25,73% do produto interno bruto (PIB). Em termos nominais, o aumento foi

de 2,89 biliões para 3,80 biliões de kwanzas.

Fonte das Finanças afirma, no entanto, ter outro entendimento.

Gráfico Stock da dívida pública (% PIB)



dos pagamentos de linhas de crédito do G20 que, segundo estimativa do Governo, permitirá “poupanças” de 6 mil milhões de dólares até 2023. “Passou de 60 para 55% no OGE Revisto e agora para 52%. Esses 8 pp são mesmo já resultado da negociação. Na dívida com mais peso, teremos apenas adiamento de capital e não de juros. E ainda temos a dívida interna e o efeito da dívida em moeda externa. O peso do serviço não vai baixar de forma dramática a não ser que o PIB cresça muito. Assim, teríamos fluxos suficientes de impostos para reduzir fortemente o novo endividamento. Resumindo e concluindo, precisamos de crescer”, explicou a fonte governamental.

Por sua vez, a ministra das Finanças, Vera Daves, avisou, em Setembro, que os cerca de 6 mil milhões de dólares “poupados” serviriam para pagar outras dívidas em curso e para co-financiar programas do Executivo de fomento da actividade produtiva e de inclusão social. Na altura, referiu que, além dos créditos do G20, Angola tinha dívidas não suspensas com outros parceiros e que continuam a vencer juros e capital. Por isso, vai utilizar as poupanças resultantes da suspensão para pagar e honrar compromissos com tais financiadores.

No global, entretanto, a operação do serviço da dívida para o OGE 2021 reduziu cerca de 3,5 pp, passando de 55,9% para 52,4%. Para a redução concorreu a operação do serviço da dívida interna que passou de 34,4% para 26,7% do PIB.

STOCK DA DÍVIDA MANTÉM-SE NOS 123% DO PIB, MAS....

O Governo estima que, até ao final de 2021, o “stock da dívida pública poderá evoluir para aproximadamente 123% do PIB, como resultado da contracção do PIB e maior necessidade de financiamento do orçamento, influenciado pelo choque do preço do petróleo e, consequentemente, queda das receitas fiscais, e a depreciação do kwanza no mercado cambial”.

No entanto, o limite do stock da dívida previsto para 2021 é o mesmo que se assume o ano económico em exercício, deixando dúvidas sobre um even-

E defende que a operação teria um peso maior no orçamento caso não se alcançasse, por exemplo, o acordo para a suspensão

39

Dólares, preço de referência do barril de petróleo considerado na elaboração do Orçamento Geral de Estado para 2021



(4,0%). O défice fiscal primário deverá estar em torno dos -4,0% do PIB, um valor inferior ao do OGE de 2020 Revisto em cerca de 1,8 p.p. O documento foi elaborado estimando o preço do barril do petróleo a 39 dólares e fixando a produção nos 1 220,4 mil barris/dia.

PRESIDÊNCIA 'DISPENSA' CLÍNICA DENTÁRIA, MAS RECUPERA BIBLIOTECA A VALER QUASE 3 VEZES MAIS

Depois de ter sido riscado do OGE de 2020 Revisto, o projecto de estudo e "construção da galeria e biblioteca da Presidência da República" que estava avaliado em cerca de 1,2 mil milhões de kwanzas, volta a constar do OGE de 2021, agora avaliado em 3.163 milhões de kwanzas (5,3 milhões USD), ou seja, perto de três vezes mais.

O projecto foi retirado do OGE de 2020 Revisto depois de forte pressão popular, tendo o mesmo acontecido com o projecto de construção da clínica presidencial que estava avaliado em cerca de 3.326 milhões (5,6 milhões de dólares). Contas feitas, um valor mais próximo ao atribuído agora para a construção da biblioteca.

Além da biblioteca, consta da rubrica a construção e reabilitação de edifícios públicos a reestruturação do arquivo geral da Presidência da República, avaliado em cerca de 1.640 milhões, fixando em cerca de 4.803,2 milhões a dotação da referida rubrica.

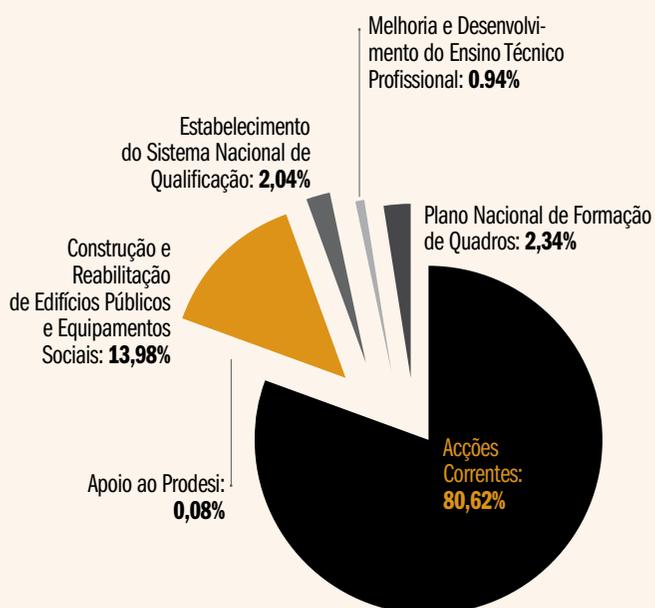
Ainda nas despesas afectas à Presidência da República, destacam-se os mais de 9,2 mil milhões de kwanzas previstos para encargos com a Expo, um aumento considerável quando comparado aos cerca de 2 mil milhões de kwanzas estimados no orçamento do ano em curso para a Expo Dubai 2020.

Algumas vozes, entretanto, questionam-se sobre a verba para a Expo quando tudo indica que a mesma será adiada, visto que as do Catar solicitaram a alteração da data no sentido de realizar entre Outubro de 2023 e 28 de Março de 2024.

O VALOR tentou contactar a Presidência da República para tentar entender a recuperação do projecto, mas não foi bem sucedido.

Orçamento da Presidência/Despesa Geral: 34.356.043.920,00 kz

Distribuição das receitas por programas



Subprogramas com maiores dotações

Operação e Manutenção Geral dos Serviços: **11.895.484.472**

Administração Geral: **6.207.327.275**

Encargos com a Expo: **9.278.583.178**

Estudo e Construção da biblioteca da presidência da República: **3.163.045.115**

Reestruturação do Arquivo geral da presidência da República: **1.640.169.217**

tual lapso nos indicadores. O VALOR tentou esclarecimento junto do Ministério das Finanças, mas sem sucesso.

O OGE de 2021 está avaliado em cerca de 14.785 mil milhões de kwanzas, reflectindo um aumento de 9,9%, face aos 13

455,3 mil milhões de kwanzas do OGE de 2020 Revisto.

As projecções fiscais do próximo exercício apontam para

um défice equivalente a 2,2% do PIB, uma redução de cerca de 1,8 p.p. em relação ao valor previsto no OGE de 2020 Revisto

Economia/política

ECONOMISTAS TEMEM QUE CORRUPÇÃO ABALE AS PPP

É preciso fechar a porta à corrupção nas PPP, alertam economistas



Reunião do Conselho de Ministros presidida pelo Presidente da República.

INVESTIMENTO. Laurinda Hoygaard, yuri Quixima, Jorge Baptista e Paulo Santos defendem seriedade no lançamento das PPP anunciado pelo Executivo. Avisam que falta de transparência é o pior que pode acontecer

Por Pedro Cunha

Sabendo-se que a finalidade determinante do modelo das PPP (Parcerias Público-Privadas) consiste em atrair e envolver o investimento do sector privado nacional e internacional, em projectos de desenvolvimento de infra-estruturas modernas e de gestão de serviços públicos, economistas, ouvidos

pelo VE, defendem que se deve resguardar de políticas compatíveis com as necessidades da economia do país.

Por esse raciocínio, acreditam que as hipóteses do Plano Operacional de Estruturação para o lançamento das 41 PPP de criar uma nova «concepção de governação» até 2021 passam pelo cumprimento de práticas básicas, como as obrigações da transparência, da concorrência, da igualdade de oportunidades para todos os interessados, fechando, o máximo possível, as portas à corrupção.

O economista Yuri Quixima

alerta que as PPP podem resultar “num mercantilismo patrimonial, em que o Estado brinca de empresário e o empresário de Estado”, caso não seja desenhada uma estratégia de “relançamento da actividade económica”. Lembra também que “num país com uma corrupção endémica é muito difícil esses projectos darem certo”.

“A desvantagem dos empresários nacionais é a de estarem ligados à política partidária. Qualquer medida, neste sentido, pode criar grupos capazes de capturar a economia”, adverte Yuri Quixima.

Laurinda Hoygaard tem uma

visão menos alarmista do que Yuri Quixima. A académica ainda não vê um cenário de fracasso imediato, embora considere que, à partida, já se estão a “inverter os procedimentos”. “O caminho que se faça caminhando” não se aplica o conceito como “concepção de governação”, sublinha.

O pior cenário, avisa Laurinda Hoygaard, é a garantia do conjunto certo de competências: “Este trabalho tem que ser feito com pessoas cuja idoneidade e capacidade técnica e científica sejam a toda a prova”, reforça.

A também economista avalia

igualmente o impacto que pode causar a corrupção no projecto. “Angola ainda não conseguiu romper o círculo vicioso em que se encontra”.

Para reverter esse quadro, a também antiga reitora das universidades Agostinho Neto e Lusíada acredita que a reforma do Estado deve ser feita com “a profundidade que obrigue a uma real separação de poderes”.

Esta linha de análise é também defendida pelo economista Paulo dos Santos, para quem o “executivo deve implementar projectos, incluindo PPP, e paralelamente melhorar os mecanismos de prestação de contas e fiscalização desses contratos, responsabilizando e agravando as medidas penais sobre factos decorrentes de práticas de improbidade e Gestão Negativa da coisa pública”, sugere

Jorge Baptista, pelo contrário, não observa o cenário descrito pelo professor Paulo dos Santos. Na opinião do presidente da Associação dos Empresários de Angola, das muitas intenções de elaboração de projectos económicos fracassados deve sair uma lição: “é preciso haver seriedade, transparência e competência. Por isso, sugere a importância de obtenção de modelos exitosos, nomeadamente o moçambicano.

De facto, em 2012, o FMI referiu-se em tom elogioso à aposta que Moçambique fez nas parcerias público-privadas, considerando que o país foi “um dos primeiros países de baixo rendimento na África subsaariana a usar as PPP para desenvolver as suas infra-estruturas”. O FMI lembrava que “seis dos sete portos marítimos são operados com o envolvimento do sector privado”.

BIC NET EMPRESAS

NÃO INTERROMPA O SEU NEGÓCIO PARA IR AO BANCO.

O BIC NET Empresas, permite-lhe fazer a gestão das contas da sua empresa onde estiver e quando quiser através da Internet, de forma rápida, eficaz e totalmente segura, com o sistema de segurança Cartão Matriz que o Banco BIC utiliza.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC

+(244) 923 190 870

Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC

Crescemos Juntos

Mercados & Negócios

ACUSA O PRÓPRIO EMPRESÁRIO EM ENTREVISTA A RÁDIO MFM

João Lourenço entregou à Omatapalo obra que recebeu de Bartolomeu Dias sem explicação

CONSTRUÇÃO. Acontecimentos remontam a 2014, altura em que João Lourenço era ministro da Defesa. Empresa realizava obras no Hospital Militar e foi forçada a parar, alegadamente, sem esclarecimentos. Empreitada foi passada à empresa associada ao governador da Huíla, Luís Nunes.

Por Fernando Francisco

O empresário Bartolomeu Dias acusou o Presidente João Lourenço de, nas vestes de ministro da Defesa, ter orientado a “rescisão unilateral e sem esclarecimento” de uma empreitada que o seu grupo realizava no Hospital Militar de Luanda, entregando agora a obra à Omatapalo.

Em entrevista à Rádio MFM, o empresário explicou que os factos remontam 'a 2014, sendo que o Governo ainda tem por pagar 6 milhões de dólares'. Segundo adiantou, um ano antes, foi abordado por um dos responsáveis do departamento da Direcção de Infra-estruturas do Ministério da Defesa para saber da sua disponibilidade para reabilitar um dos

pavilhões do Hospital Militar de Luanda que estava prestes a desabar. O responsável da Defesa alertou, entretanto, na altura, que o Estado-Maior estava sem dinheiro para o pagamento imediato. “Disse-me que havia uma emergência para reparar o pavilhão, mas o Estado Maior das Forças Armadas estava sem dinheiro para fazer algo com a urgência que se impunha. Fomos lá ver, levei os meus técnicos e, de facto, o pavilhão estava comprometido, tinha de ser demolido urgentemente”, recorda, acrescentando que se manifestou disponível para ficar com a empreitada.

Acto contínuo, conta o empresário, reuniu-se com o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, este que subscreveu a preocupação, mas informou que precisava da aprovação do Comandante em Chefe, no caso, o Presidente da República. “Depois, ligaram para mim a dizer que o Comandante em Chefe aceita que se faça a obra e que mobilizaria



o dinheiro, cerca de 40 milhões de dólares nessa altura”, lembra Bartolomeu Dias, acrescentando que sequencialmente começaram as obras com recursos próprios.

“O edifício que está no Hospital Militar quase acabado foi uma das minhas empresas que fez. Comecei com o meu dinheiro em 2013. Fiz

tudo, mandei equipa do Hospital Espanha, para o Dubai para participar na Feira dos Materiais de Equipamentos Hospitalares, tudo custeado por mim. Só começaram a pagar passado quase um ano, mas não parei a obra”, acrescenta.

Em Abril de 2014, João Lourenço substituiu, entretanto, Càn-

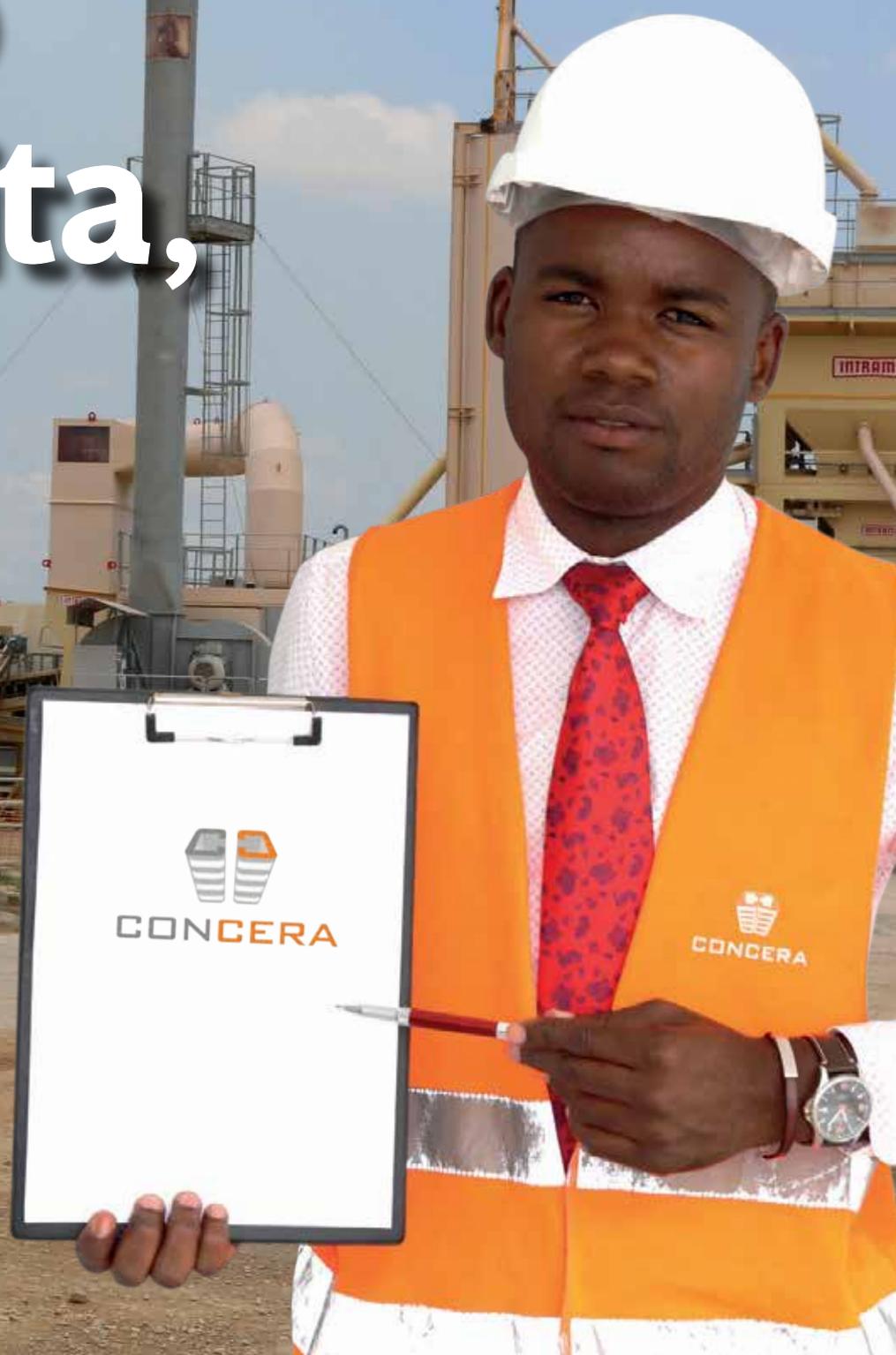
dido Van-Dúnem como ministro da Defesa e, nessa altura, apesar de a obra já ter estado avançada, começariam os constrangimentos no projecto. Inicialmente com a desvalorização do kwanza, o que forçou concertações em relação aos custos. “Porque os pagamentos são feitos por auto de medição e não se podia fazer auto de medição comprando material no mercado com o câmbio de 180 kwanzas e pagarem a 100 kwanzas o dólar”, justifica o empresário.

Nessa altura, o novo ministro da Defesa João Lourenço decide, entretanto, fazer uma visita ao Hospital Militar, o que se seguiu a uma ligação telefónica a Bartolomeu Dias. “Ligou para mim e reunimos, falámos sobre as obras. Não parámos de trabalhar, mas diminuámos o ritmo para forçar a mudarem o modo de pagamento, situação essa que não aconteceu. Não pagaram, rejeitaram a proposta de revisão do câmbio e o ministro simplesmente orientou para parar e receberam a obra com uma dívida de 6 milhões de dólares”, descreve o empresário, precisando “que não pagam até hoje com a agravante de meterem lá militares e nem os nossos computadores fomos buscar”. “É uma atitude que só se vê em países como a Coreia do Norte e estamos a falar da atitude do ministro, que agora é o Presidente da República, contra um empresário que ele conhece”, critica.

Bartolomeu Dias refere que nunca procurou abordar a Presidência da República para tentar reaver a situação “porque o próprio Presidente assinou um decreto a entregar a obra à Omatapalo”. “Só recebi uma carta da Smportex a rescindir, nem falam sobre a minha dívida, nem pagam e eu sou empresário nacional. O edifício está lá, é um edifício que está quase pronto e ficou parado sete anos porque não queriam que o Bartolomeu Dias terminasse e queriam pagar ao câmbio de 100. Mas agora vejo que o problema não era o câmbio, porque a Omatapalo não será paga ao câmbio de 100”, acrescenta. No entanto, a empreitada entregue à Omatapalo é para a requalificação de todo hospital e está avaliada em 120 milhões de dólares.

Bartolomeu Dias defende a situação mostra a necessidade de se “perceber qual é a estratégia do Governo para com os empresários nacionais”, acusando ainda o Governo de preferir ‘mimar’ os empresários estrangeiros.

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



**Do betão às máquinas, estamos
sempre prontos para pôr mãos à obra**



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

DE JURE

AFIRMA COMISSÃO DE LESADOS

PGR investiga contrato entre Jefran e Ministério do Interior

CONFLITO. Comissão de lesados estima dívida da imobiliária em mais de 3 mil milhões de kwanzas. E considera morosidade no processo “falta de transparência e gestão”.

Por Guilherme Francisco



71 MANIFESTANTES

Advogados recorrem da sentença

O colectivo de advogados dos 103 cidadãos detidos, no dia 24 de Outubro, na sequência da manifestação contra o elevado custo de vida e pela realização das eleições autárquicas, recorreu da decisão do juiz em condenar a um mês de prisão, convertida em multa, 71 dos réus arrolados no processo. Foi interposto recurso com efeitos suspensivos.

A defesa não concorda com os crimes por que os constituintes foram condenados, nomeadamente arruaça e desobediência às autoridades. E considera não existir qualquer delito cometido. Os réus condenados estão em liberdade, enquanto o recurso é apreciado pelo Tribunal Supremo.

Do grupo de implicados no processo, 26 foram absolvidos, entre menores de idade e mulheres grávidas, depois de uma semana e um dia detidos à espera daquele que seria um julgamento sumaríssimo.

A Procuradoria-Geral da República está a investigar a venda de residências ao Ministério do Interior pela Jefran, empresa que viu os activos arrestados pelo Tribunal de Luanda, a 7 de Outubro, no âmbito de um processo movido por um grupo de clientes que se diz lesado.

A confirmação é de Ntume de Lemos, coordenador da designada comissão de lesados, que explica a investigação da PGR com suspeitas de que a Jefran teria ocultado informações relativas ao negócio com o ministério de residências que seriam destinadas aos clien-

tes. A PGR, precisa, quer apurar os moldes do contrato, para certificar se ocorreu na altura em que o grupo de clientes aguardava pela entrega de residências.

Em reacção à entrevista do responsável da Jefran, Francisco Silva, publicada na edição 230 do VALOR, Ntume de Lemos explica que o conflito chegou até ao tribunal por incumprimento dos prazos de entrega das residências, apesar da mediação das negociações pelo Inadec. E justifica o agravamento do conflito com uma alegada “desorganização” da empresa que se reflecte nos contratos “viciados”, celebrados na “esquina” pelos funcionários. “A falta de boa gestão dos dinheiros que foram depositados nas contas da Jefran é a razão de tudo isso. É uma empresa fragilizada no que toca à contabilidade e à base de dados dos clientes. Pediam-nos os comprovativos de

3

Mil milhões de Kwanzas valor estimado pelos comissão de lesados como sendo a dívida da Jefran.

pagamentos e isso fez com que os funcionários encontrassem vícios no sistema e criassem vantagens. Isso não tem nada que ver conosco”, defende-se.

O representante dos lesados refere ainda que a dívida da empresa, de acordo com as contas feitas com a comissão, o Inadec e a PGR, é para com 490 clientes e não os 103 que a empresa alega. E, em termos nominais, observa, passou dos 2 mil milhões de Kwanzas para os mais de 3 mil milhões, valores

que poderão aumentar “pela morosidade do processo”.

Sobre montantes devolvidos, Ntume de Lemos nota que a imobiliária fez devolução dos valores de entrada, mas “a um número irrisório de clientes em condições em que as pessoas negociaram de forma fragilizada”.

NÚMEROS COMPLICAM PROCESSO

Francisco Silva discorda do número de clientes apresentados pela comissão e pelo Inadec, insistindo nos 103. É adianta que, do alegado número, o Tribunal excluiu mais de 200 pelo facto de não conseguirem provar a dívida. Realça, entretanto, que o número reduzirá significativamente na fase de contraditoriedade. Desafia, por isso, a comissão a apresentar documentos que atestam a dívida de mais de 3 mil milhões de kwanzas.





GOVERNOS PREOCUPADOS

O oligopólio tecnológico

CONCORRÊNCIA. As quatro cavaleiras do apocalipse tecnológico instalaram-se e tornaram-se experts a afugentar a concorrência. Os governos querem regulação dos mercados tecnológicos, mas estão ainda décadas atrás do novo mundo produzido por estes gigantes trilionários.

Por Redacção

Google, Amazon, Apple e Facebook compõem o quarteto das gigantes tecnológicas que exercem um poder oligopolista sobre o mercado de serviços tecnológicos e que usam o seu poderio para afugentar concorrentes.

A Google é dona do sistema operativo Android, que, com o IOS da Apple, controla o mercado do sistema operativo móvel – 74% da Google, 25% Apple. A Google é líder absoluta em motores de busca online com 92%, partilha de vídeo com o YouTube e navegação com mapas online através do Maps, a navegação online é em 66% Google. A Amazon lidera o comércio online com mais de metade a cir-

cular através da sua plataforma e controla o mercado de assistentes digitais para casa com 70% do mercado para além de ocupar um dos três lugares cimeiros no que toca a publicidade online, pódio que partilha com a Google e com o Facebook que domina absoluto as redes sociais depois da aquisição do Whatsapp e do Instagram. Combinadas com a Microsoft, a quinta companhia de tecnologias cuja hegemonia no mercado do software de computadores e de jogos, as cinco gigantes estão avaliadas em 3.3 triliões de USD. Uma mudança que dita o futuro e que dista cada vez mais de um passado dominado pelo mercado petrolífero com as Big Five Shell, BP, Exxon Mobil, Gazprom e PetroChina que lideraram a primeira década deste século. Uma mudança que emerge, sobretudo, das tendências de globalização e conectivi-

dade, da informatização, da era das finanças tecnológicas, e da falta de regulamentação capaz de acompanhar estes desenvolvimentos atempadamente.

No ano passado a Comissão Europeia multou a Google em 1.7 mil milhões de dólares por violação de leis de mercado e este ano a Spotify entrou com outra queixa contra a Apple por desincentivar os seus usuários a usar a plataforma. No entanto, a Google lucrou 34 mil milhões de USD só com publicidade online no ano passado. A Apple que ultrapassou a Saudi Aramco para se tornar a mais valiosa companhia do mundo é acusada também de especulação de preços nas suas 'Apple stores' e recebe milhares de milhões de dólares da Google para a manter como motor de busca primário. Mas há mais problemas associados ao domínio das 'Big Five'. O Facebook com mais de dois mil milhões de usuários é acusado de violar as leis de privacidade, sendo que a venda de dados e a desinfor-

mação espalhada nas redes são apontadas como instrumentais em vitórias em eleições como a do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, e a do presidente americano, Donald Trump. A Amazon é o maior mercado online e enfrenta acusações de copiar as ideias de outras companhias e de as levar à falência, enquanto a Google através do seu motor de busca promove os seus próprios produtos enquanto relega os concorrentes para páginas onde a maioria dos usuários da internet já não procuram.

O desafio das autoridades reguladoras a nível mundial é o de aplicar regulamentos de promoção de concorrência e o de aplicar taxas à actividade transfronteiriça dos gigantes tecnológicos. Tarefas dificultadas pela ausência de legislação e pela ausência de convergência internacional sobre qual a legislação a aplicar de modo a que não possa

ser contornada com uma simples mudança de operações para outro país com regulamentação mais relaxada.

As sugestões passam pela criação de impostos à publicidade online, pela criação de uma autoridade específica para lidar com as questões que se levantam destas posições oligopolistas e do impedimento à partilha de informação colhida com outros operadores.

No final do mês passado o Departamento de Justiça americano entrou com uma acção contra a Google e a sua companhia mãe Alphabet acusando-a de ser prejudicial a concorrentes e consumidores. A acção judicial, que define a Google como monopolista, está a ser vista como um primeiro passo para controlar e diminuir o domínio e a capacidade de moldar mercados, comunicação e até opinião pública das 'quatro cavaleiras do apocalipse'.

(In)formalizando

ASSOCIAÇÃO LAMENTA FUGA AO PAGAMENTO DE QUOTAS

Moto-taxistas acusam Amotrang de extorsão

TRANSPORTES. Dizem-se coagidos a pagar diariamente quotas de 100 kwanzas sem que tenham qualquer benefício ou protecção da Amotrang. Associação rejeita as acusações e lamenta que, por falta de pagamento, haja projectos adiados.



Presidente da associação promete, para breve, a formalização dos moto-taxistas.

Mário Mujetes © VE



FACRA financia empreendedores com 4 mil milhões de kwanzas

O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (Facra) disponibilizou uma linha de crédito avaliada em 4 mil milhões de kwanzas para ajudar a minimizar o impacto da covid-19 sobre os pequenos negócios.

Sem um número concreto de empreendedores a beneficiar, os interessados na linha de crédito poderão apresentar o bilhete de identidade, cédula de nascimento, cartão eleitoral, cartão de baptismo e documentos do empreendimento. No entanto, o micro-crédito não é susceptível de garantia e taxas de juros.

Segundo o coordenador da Comissão de Reestruturação do Facra, Teodoro Poulson, a linha de crédito serve, igualmente, para incentivar a criação de emprego e auto-emprego, reduzir as assimetrias regionais, a informalidade na economia e permitir simultaneamente o aumento da inclusão financeira e social.

Por Guilherme Francisco

Moto-taxistas de Cacuaco e Viana não filiados à Amotrang (Associação dos Motoqueiros Transportadores de Angola) acusam os fiscais desta associação de coagi-los a pagarem quotas diárias de 100 kwanzas, apesar de ser uma obrigação reservada aos moto-taxistas associados.

Segundo denunciam, nos casos em que não desembolsam as quotas, são privados de prosseguir com a actividade e, em situações extremas, ficam com os meios de trabalho apreendi-

dos. “Os fiscais colaboram com a Polícia. Se não quiseres pagar, levam compulsivamente a moto por causa dos 100 kwanzas. Já levaram mais de três vezes a minha motorizada, tive de pagar três mil kwanzas para tê-la de volta”, conta Leonardo Kamissi, há quase seis anos a trabalhar como moto-taxista.

O jovem não está associado à Amotrang, por isso não se sente obrigado a pagar quota diária quando opera unicamente na zona adjacente à vila de Viana. Pelo tempo no ofício, a maior parte dos fiscais conhece-o, mas tem sido testemunha, diversas vezes, de conflitos entre colegas, fiscais da associação e agentes da polícia.

Por não se rever na associação que zela pelos seus direitos,

MEMORIZE

● **Moto-táxi** é uma das actividades informais que atraem cada vez mais jovens, por causa da falta de emprego. Muitos nem têm qualquer habilitação para exercer a profissão. Os operadores encontram várias dificuldades para se manterem activos, com realce para a alegada 'amarga' relação que mantêm com a associação que os representa.

Eduardo Adriano, moto-taxista há oito anos, decidiu desassociar-se. Garante nunca ter sentido a mão solidária diante de problemas de qualquer natureza, mesmo com as quotas todas em dia. Ainda assim, explica

que, para evitar conflitos, paga mensalmente 1.500 kwanzas de quota. “Apesar de pagar a quota, nunca recebi ajudas, inclusive quando se tem problemas, principalmente com a Polícia, os fiscais não ajudam na mediação, fazem-se de cegos”, desabafa.

No entanto, Bento Rafael, presidente da Amotrang, contraria os moto-taxistas. Garante que a organização tem prestado assistência aos associados em questões de saúde e formação. E nota que, dos 23 mil associados em todo o país, pelo menos 13 mil obtiveram carta de condução, graças ao pagamento de quotas numa parceria entre a associação e a Polícia Nacional.

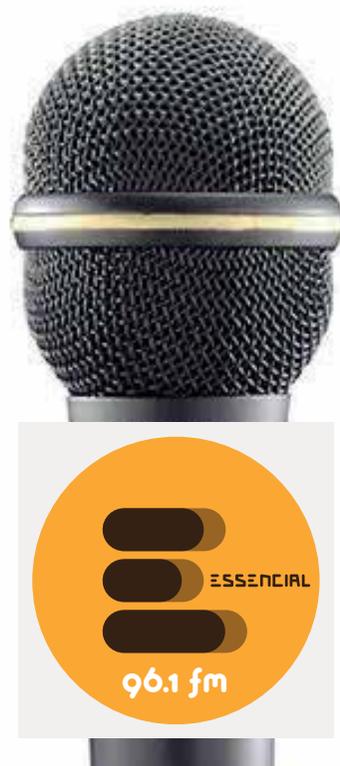
Rafael explica que deixou de cobrar taxa em vários pontos da capital por causa dos interesses das administrações municipais. Nas zonas em que faz cobrança, milhares de moto-taxistas não pagam. Cita o exemplo de Cacuaco, onde cobra apenas nos arredores perto do mercado do Kikolo. Por dia, em média, recebe 3.700 kwanzas, valores repartidos em percentagem com a administração. Já, em Viana, arrecada sete mil kwanzas diariamente, perfazendo um total de 210 mil por mês.

Apesar disso, o presidente da Amotrang classifica os últimos tempos como “tristes”. A falta de pagamento de quotas adiou vários projectos da organização, como foi o caso do centro de saúde.

Quanto à formalização da actividade, Bento Rafael refere que está para breve essa efectivação. “A associação fez chegar às autoridades todo o suporte necessário para a legislação”, assegura.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Aposta na dinamização dos fundos de pensões



Inês Cabral,
Associate
Partner EY, Tax
Financial
Services



Joana Dâmaso,
Manager
EY, Tax Financial
Services

financeira, o mercado de capitais e os seguros e fundos de pensões. Relativamente a este último, foram estabelecidas como metas, entre outras, a inserção no currículo escolar de matérias relacionadas com o sector, alargar o acesso ao seguro, o fortalecimento da supervisão do sector por parte do regulador, bem como a tributação eficiente para a área das pensões.

Assumimos que quando se procura alcançar eficiência nesta sede se pretende, no mínimo, evitar a imposição de uma dupla tributação, ou seja, evitar que determinado rendimento tributado na esfera de um fundo de pensões, seja, também, tributado na esfera dos beneficiários das pensões por aquele pagas.

No entanto, existindo uma clara aposta nos fundos de pensões, será perfeitamente legítimo equacionar a aplicação de um enquadramento fiscal especial.

Recorde-se que, sendo os fundos de pensões sujeitos passivos de Imposto Industrial, diversas dúvidas de natureza fiscal foram suscitadas nos últimos anos, tendo recentemente sido obtidos esclarecimentos relevantes através de

uma Circular da AGT, no âmbito da qual se clarifica que, para efeitos da determinação do lucro tributável destes veículos, pese embora tal não decorra expressamente do Código do Imposto Industrial, devem ser deduzidas à matéria colectável as contribuições dos participantes e associados a favor do fundo.

Perante este esclarecimento, importaria também acautelar a situação de fundos de pensões que não tenham deduzido, no passado, as referidas contribuições. Dito de outra forma, importaria definir que mecanismos serão admissíveis para reverter o impacto fiscal passado.

Sem prejuízo do exposto, uma aposta na promoção deste tipo de veículos poderia reflectir-se na definição de um tratamento fiscal que os tornasse verdadeiramente atractivos enquanto veículos de captação de poupança de longo prazo. Com efeito, porque não ir mais longe e consagrar um regime fiscal específico mais abrangente, que incluísse, por exemplo, isenções ou taxas de imposto mais reduzidas, nomeadamente, de Imposto Industrial, IAC e Imposto Predial?

O Projecto de Desenvolvimento do Sistema Financeiro para o período 2018/22 definiu quatro pilares para o desenvolvimento do sistema financeiro angolano, o qual se assume como o grande impulsionador do desenvolvimento económico e social do País.

De acordo com o Decreto Presidencial n.º 92/19 de 25 de Março, estes pilares são: o suporte à estabilidade financeira, a inclusão

financeira, o mercado de capitais e os seguros e fundos de pensões. Relativamente a este último, foram estabelecidas como metas, entre outras, a inserção no currículo escolar de matérias relacionadas com o sector, alargar o acesso ao seguro, o fortalecimento da supervisão do sector por parte do regulador, bem como a tributação eficiente para a área das pensões.

“Embora esperem que os caóticos prognósticos descritos não se tornem realidade, os investidores devem preparar-se para o pior, não apenas no dia da eleição, mas nas semanas e meses seguintes.”

O coeficiente do caos nas eleições dos EUA



Nouriel Roubini, Professor de Economia da Universidade de Nova Iorque, ex-conselheiro económico da Casa Branca da Administração de Bill Clinton, ex-quadro sénior do FMI, Reserva Federal e Banco Mundial

7%. Agora, a incerteza pode durar muito mais tempo – talvez meses – implicando sérios riscos para os mercados.

Este cenário de pesadelo deve ser levado a sério, mesmo que actualmente pareça improvável. Embora Joe Biden tenha consistentemente liderado as pesquisas, Hillary Clinton também liderou até, à véspera da eleição em 2016. Resta saber se haverá um ligeiro aumento de eleitores 'tímidos' entre os indecisos eleitores de Trump que não estão dispostos a revelar as suas verdadeiras preferências aos pesquisadores.

Além disso, tal como em 2016, maciças campanhas de desinformação (externa e interna) estão em andamento. As autoridades norte-americanas alertaram que Rússia, China, Irão e outras potências estrangeiras hostis estão activamente a tentar influenciar a eleição e a lançar dúvidas sobre a legitimidade do processo de votação. 'Trol's' e robôs inundam as redes sociais com teorias da conspiração, notícias falsas, 'deepfakes' e muita desinformação. Trump e alguns dos seus colegas republicanos têm adoptado lunáticas teorias da conspiração como QAnon, e sinalizado o seu tácito apoio a grupos de supremacia branca. Em muitos Estados, controlados pelos republicanos, governadores e outros funcionários

públicos estão abertamente a utilizar golpes baixos para promover a abstenção de eleitores de grupos de tendência democrata.

Além de tudo isso, Trump, repetida e falsamente, afirmou que os votos enviados pelo correio não são confiáveis, porque está convencido de que os democratas representarão uma parcela desproporcional daquelas pessoas que não votaram pessoalmente (medida de precaução por causa da pandemia). Trump tem também recusado a dizer se vai largar o poder se perder. Em vez disso, deu uma 'piscadela' e acenou com a cabeça para as milícias de direita ("recuem e aguardem") que já estão a semear o caos nas ruas e planejar actos de terrorismo doméstico. Se Trump perder e afirmar que a eleição foi fraudulenta, podem ocorrer conflitos civis e violência.

De facto, se os resultados iniciais divulgados na noite da eleição não indicarem imediatamente uma esmagadora vitória para os democratas, Donald Trump quase certamente irá declarar vitória nos Estados críticos antes da contagem final de todos os boletins de voto enviados pelo correio. Agentes republicanos já têm planos de suspender a contagem em Estados-chave, desafiando a validade desses boletins. Pretendem travar essas bata-

lhas jurídicas em capitais estaduais controladas pelos republicanos, tribunais locais e federais, todos com juizes nomeados por Trump, um Supremo com uma maioria conservadora de 6-3 e uma Câmara dos Representantes onde, no caso de empate do Colégio Eleitoral, os republicanos detêm a maioria das delegações estaduais.

Ao mesmo tempo, todas as milícias armadas brancas que actualmente estão "de prontidão" podem tomar as ruas para fomentar violência e caos. O objectivo seria provocar a contra violência de esquerda, dando a Trump um pretexto para invocar a Lei da Insurreição e convocar a polícia federal ou o exército dos EUA para restaurar a 'lei e a ordem' (como ele já ameaçou fazer). Com este fim de jogo aparentemente em mente, a administração Trump já qualificou várias grandes cidades, lideradas pelos democratas, como "centros anarquistas" que precisam de ser derrubados. Por outras palavras, Trump e os seus aliados deixaram claro que podem usar todos os meios necessários para usurpar a eleição; e, dada a ampla gama de ferramentas à disposição do poder executivo, poderiam ter sucesso se os resultados das eleições antecipadas ficassem apertados, em vez de apontar para uma vitória esmagadora de Joe Biden.

Por certo, se os primeiros resultados na noite da eleição mostrarem Biden à frente, mesmo em Estados tradicionalmente republicanos, como Carolina do Norte, Florida ou Texas, Trump terá muito mais dificuldade para contestar o resultado por mais do que alguns dias e vai ceder mais cedo. O problema é que qualquer coisa que não seja algo incontestável a favor de Biden (e os governos estrangeiros que o apoiam) para turvar as águas com caos e desinformação enquanto manipula para mudar a decisão final para trincheiras mais simpáticas, como os tribunais.

Esse grau de instabilidade política pode desencadear um grande episódio de transferência de risco para os mercados financeiros, numa altura em que a economia já está em desaceleração e as perspectivas de curto prazo para políticas adicionais de incentivo permanecem sombrias. Se uma disputa eleitoral se arrastar – talvez para o início do próximo ano – os preços das acções podem cair até 10%, os rendimentos dos títulos do governo podem cair (apesar de já estarem bem baixos) e a fuga global por segurança vai aumentar os preços do ouro. Normalmente, neste tipo de cenário, o dólar fortalece-se; mas, como um episódio, em particular, desencadeado pelo caos político originado nos EUA, o capital pode realmente enfraquecer o dólar ainda mais.

Uma coisa é certa: uma eleição altamente contestada causaria ainda mais danos à imagem global dos EUA como exemplo de democracia e estado de direito, corroendo o seu poder de influência. Especialmente, nos últimos quatro anos, o país cada vez mais passou a ser considerado um caso político perdido. Embora esperem que os caóticos prognósticos descritos não se tornem realidade – as pesquisas ainda mostram uma forte vantagem para Biden –, os investidores devem preparar-se para o pior, não apenas no dia da eleição, mas nas semanas e meses seguintes.

As pesquisas de opinião nos EUA há muito apontam para a grande possibilidade de vitória do Partido Democrata nas eleições de 3 de Novembro, com Joe Biden a conquistar a presidência e os democratas a assumirem o controlo do Senado e mantendo a Câmara dos Representantes, pondo fim a um governo dividido.

Mas se a eleição acabar por ser principalmente um referendo ao presidente dos EUA, Donald Trump, os democratas podem ganhar apenas a Casa Branca, mas não conseguem retomar o Senado. E não se pode descartar a possibilidade de Trump percorrer um tortuoso caminho para uma vitória do Colégio Eleitoral e de os republicanos manterem o Senado, reproduzindo assim a situação actual.

Mais ameaçadora é a perspectiva de um resultado há muito contestado, com ambos os lados a recusarem ceder, enquanto travam terríveis batalhas legais e políticas nos tribunais, na comunicação social e nas ruas. Na contestada eleição de 2000, demorou até 12 de Dezembro daquele ano para que a questão fosse decidida: o Supremo decidiu a favor de George W. Bush e o seu opositor, o democrata Al Gore, graciosamente, cedeu. Abalada pela incerteza política, a bolsa de valores nesse período caiu mais de



Opiniões

E agora pergunto eu...



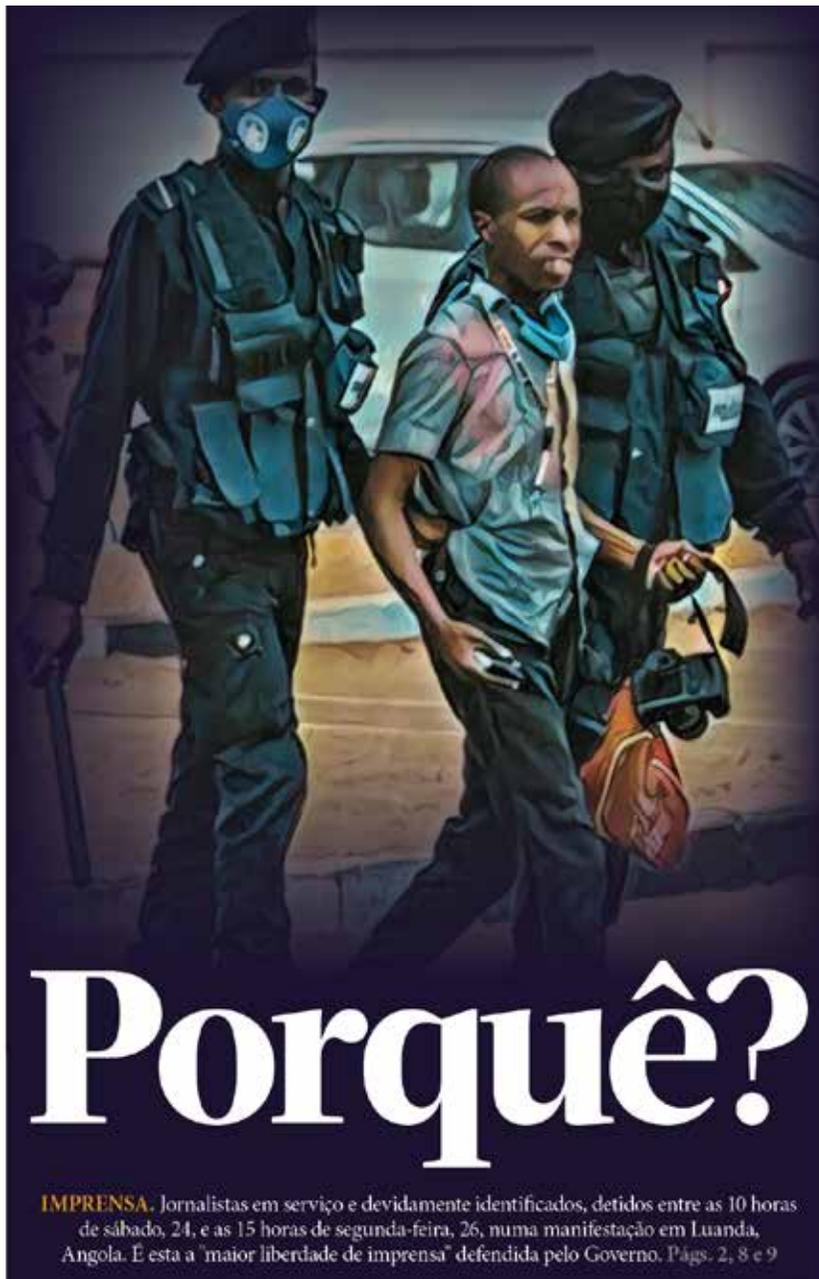
Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Porquê? Porquê era a pergunta na descaracterizada capa do jornal de economia Valor Económico desta semana ilustrada não por temas económicos como é costume, mas pela imagem do fotógrafo desta casa a ser arrastado por dois polícias fortemente armados, antes de, como outros 5 jornalistas, ser agredido pela mesma polícia que sabia que eram jornalistas em serviço de reportagem, que lhes atirou os passes de serviço ao chão e lhes agrediu, em vez de os proteger.

Esta edição trazia também uma interessante entrevista a José Sofi, o médico microbiologista que dirige o Codex e que é responsável pelo programa de avaliação sanitária da qualidade dos alimentos, que disse ao Valor Económico que o laboratório que dirige fez um estudo de avaliação dos produtos à venda em lojas e mercados e confirmou que 60% dos produtos foram confirmados impróprios para consumo “dado que em matéria de saúde pública é assustador”.

A edição lembrava também outro erro dos que já começam a ser repetitivos no discurso do Presidente à nação que parece ter confundido reservas internacionais brutas com reservas internacionais líquidas sendo que a diferença entre uma e outra é de mais de 6 mil milhões de USD que temos a menos do que disse o PR porque é dinheiro reservado a passivos e que não vai estar disponível para cobertura de importações.

Sobre o nosso Porquê na capa, provavelmente porque a detenção de jornalistas foi notícia interna-



Porquê?

IMPRESA. Jornalistas em serviço e devidamente identificados, detidos entre as 10 horas de sábado, 24, e as 15 horas de segunda-feira, 26, numa manifestação em Luanda, Angola. É esta a “maior liberdade de imprensa” defendida pelo Governo. Págs. 2, 8 e 9

cional com várias instituições de protecção da imprensa e dos direitos humanos a condenarem esse atropelo grosseiro à liberdade de imprensa (que andou pelo mundo a afirmar que AGORA já era realidade) o Presidente da República “lamentou a detenção de jornalistas credenciados em pleno exercício das suas funções, e disse que era uma situação que espera não voltar a acontecer”.

Não sei se servirá isso de consolo aos jornalistas que apanharam da polícia que os devia proteger e certamente esperamos o mesmo, mas a verdade é que a pergunta na capa do jornal continua sem resposta. Até porque

aquele Porquê serve para muito mais além do ‘porquê de prender jornalistas’, além de “o que querem esconder?”

Serve para porque é que a violência policial é tão generalizada, quando a maior parte dos polícias vive as mesmas dificuldades, as mesmas necessidades que os manifestantes reclamam? Porquê a dificuldade do governo de aceitar o direito à manifestação com parcimónia, particularmente numa altura em que há manifestações contra tudo e mais alguma coisa por todo o mundo? Porque é que é tão alérgica ao governo a realidade de que nem todo os angolanos estão contentes com o estado

Porque é que é tão alérgica ao governo a realidade de que nem todo os angolanos estão contentes com o estado de coisas?

de coisas? De que de facto a maioria não tem qualquer motivo para estar contente?

Mas que todos têm o direito de se expressar como dita a lei Magna? Porque é que o sistema, pela mão de instituições tão importantes

quanto a polícia ou a justiça, age como se acreditasse no lema do partido maioritário quando diz que é o povo e por isso esses que se manifestam contra o partido não podem ser povo porque o MPLA é o povo?

E agora pergunto eu como iriam gerir estas instituições, digo as polícias e as dos media sob alçada do Estado que sentenciam quem se manifesta a rótulos infelizes como vândalos e arruaceiros, o que seria se de um dia para o outro o partido no poder fosse outro?

Imagine querido leitor as instituições, que deixaram de servir o cidadão para servir os interesses de um partido, de repente, depois de quase meio século verem-se sem o chefe do costume para responder? Verem no lugar da chefia outras caras?

Assistimos todos à dificuldade que foi depois de 40 anos de deixarem todos de dizer sua excelência presidente José Eduardo dos Santos para passarem a dizer João Lourenço, se isso foi difícil imaginemos não terem motivo qualquer motivo para enaltecer o MPLA, não terem de ver o seu trabalho validado pelos interesses do partido e passarem a ter de responder aos interesses dos angolanos independentemente da cor partidária? Já há quem o faça nessas instituições, mas evidentemente não é regra.

Nada dura para sempre.

Na semana que passou morreu ainda muito jovem o empresário e marido de Isabel dos Santos Sindica Dokolo, rico, inteligente e com muito para dar, ele que era um defensor e promotor irreduzível da arte africana a nível mundial, independentemente do que de resto se lhe pudesse acusar. Este 2020 macabro também levou, ainda recentemente, uma das maiores promessas do partido no poder, Sérgio Luther Rescova, com 40 anos e tanto para dar ao país que tanto precisa, tudo choques que lembram que a vida é um sopro e que pode ser encurtado a qualquer momento. Razão pela qual o melhor é tentar ser o melhor possível para nós e para os outros que temos à volta, porque daqui, na melhor das hipóteses, só se leva mesmo a lembrança do que de bom e mau se fez com o tempo que se teve. E esse tempo não está à venda nem tem preço, por isso quando o usamos ou desperdiçamos convém saber ou questionar sempre Porquê.

“Uma maneira de evitar a destruição dessas unidades produtivas é a oportunidade de vender esses bens aprisionados através da Bodiva no mercado local dando a oportunidade a todos os cidadãos.”

Criação de Riqueza em Angola



António Vieira,
ex-director da
Cobalt Angola

Finalmente, quero começar a acreditar que chegou a hora Bodiva. Estou pronto a ‘bodivar’. E você, caríssimo cidadão desta república sem poupanças?

Para avançarmos nesta conversa com a seriedade que ela merece, vamos partir da definição da palavra ‘bodivar’. Nós, os da banda, temos uma tendência muito séria para criarmos o nosso vocabulário. É isso que estou a tentar fazer aqui de uma maneira convincente e inconfundível. Assim sendo, vamos concordar que ‘bodivar’ quer simplesmente dizer “apostar na nossa bolsa de valores”. Por outras palavras, vamos comprar e vender acções, títulos e demais papéis comercializáveis na Bodiva.

Como tal, creio que preciso também de dizer o pouco que sei sobre a Bodiva: um dos seus administradores é uma das filhas do general João Lourenço, além de que tenho uns títulos que foram comercializados pela instituição. Tirando isso, colocando-me no lugar do cidadão comum, o que é a Bodiva? Em poucas palavras, é o que pretende ser a Bolsa de Valores de Angola.

Na realidade, as bolsas de valores são mercados organizados onde se negociam acções e/ou títulos de todo o tipo de sociedades com capital aberto podendo estas serem públicas ou privadas. Outro negócio que também se faz nas bolsas de valores são os mais diversos valores mobiliários incluindo moeda, opções e valores futuros.

As bolsas de valores podem ser privadas e/ou do Estado, sendo deste modo organizadas na forma de uma sociedade civil sem fins lucrativos. Nos dias de hoje, regra geral, estabelecem um sistema de negociação electrónico adequado às suas operações de transacção de compra e venda de produtos. As bolsas tradicionais ainda funcionam num sistema de portas abertas ao público. Qualquer bolsa de valores tem de viver num ambiente de elevados padrões de ética de negociação, publicando e divulgando imediatamente a natureza, amplitude e detalhes de todas as transacções por si realizadas. Por outras palavras, precisam de merecer a confiança dos que nelas confiam. Sim, apostar na bolsa de valores é uma questão de confiança nessa bolsa, no sistema, no país.

Aceitando que o pressuposto está colocado à disposição do público, é necessário que exista legislação que defina e coloque as barreiras necessárias para que os princípios reguladores da bolsa sejam observados de forma clara e transparente. Acredito que algum trabalho foi feito durante o mandato de Archer Mangureira. Porém, falta a qualidade de tribunais a altura de julgarem casos de operações da

bolsa. Quanto a corretores, esses fabricam-se rapidamente.

Tendo muito sumariamente aberto o diálogo sobre a Bodiva, o que nos falta para começarmos a ‘bodivar’? Temos a bolsa. E o que tem a bolsa para o público? Além de títulos do tesouro, o que há mais? Não existem empresas listadas na bolsa de valores. É aqui que surge uma possibilidade tremenda para o Governo.

Nos últimos meses, o Governo, através da PGR, apoderou-se de vários bens antes detidos por privados alegando a forma duvidosa como esses privados se apoderaram desses mesmos bens. Deste modo, atribuiu a gestão desses bens “aprisionados” a entidades governamentais que seguramente não estão vocacionadas para a gestão e o desenvolvimento desses meios o que mais tarde ou mais cedo poderá levar à sua ruptura e queda. Privatizá-las vendendo-as directamente ao público.

Uma maneira de evitar a destruição dessas unidades produtivas é a oportunidade de vender esses bens aprisionados através da Bodiva no mercado local dando a oportunidade a todos os cidadãos que o queiram fazer, sem que se autorize a qualquer cida-

ção a aquisição duma percentagem elevada.

Eis aqui um exemplo que poderá servir de modelo a todos os outros. O governo aprisionou a TV Zimbo e entregou a sua gestão ao ministério da tutela. Como é evidente, o ministério não está vocacionado nem à altura de gerir uma empresa de carácter comercial. Ora, a razão alegada pela qual o Estado aprisionou a dita empresa é o facto de a mesma ter sido constituída com fundos públicos. É função do estado saber o montante surripiado às suas contas. Aqui surge o importante da história: o governo quer reaver o que lhe foi roubado, ou, quer ficar com mais um meio de comunicação ao seu dispor:

Partindo do princípio que o objectivo único é a recuperação dos valores do furto, o ministério da tutela deveria colocar o bem à disposição da Bodiva para a sua comercialização e devida recuperação dos montantes furtados. Portanto, o Governo seria dono de 100% das acções da empresa. Uma vez listada começaria a vender essas acções ao público. A gestão da empresa seria realizada por um conselho de administração votado pelos accionistas conforme é norma nas entidades públicas ou priva-

das listadas em bolsas de valores. Acredito que, em menos de trinta dias, sendo a publicidade adequada levada a efeito o Estado teria recuperado os seus bens deixando a empresa a agentes vocacionados para o seu exercício. Sendo investimento privado, cedo ou tarde, a empresa iria dar lucros aos seus donos e, ao Estado, na recolha dos impostos a ela associados.

É evidente que esse processo não é tão simples e linear como aqui faço parecer. Nós ainda temos muitas barreiras a atravessar e conflitos psicológicos que é preciso ultrapassar. Além da ‘falta de hábito’ de investir, e da aversão ao risco, Gustavo Costa dizia, há dias, que “a arrogância é uma deformação moral; o preconceito uma doença de educação e o desdém uma chaga de quem se presume superior”. É, portanto, indispensável começarmos a trabalhar nos nossos conflitos psicológicos para que ‘bodivar’ se torne numa realidade a todos os níveis de modo a que os angolanos comecem a fazer poupanças e a investi-las em meios de produção. Para que a educação finalmente elimine a doença do preconceito, sobretudo daqueles que se presumem superiores e têm medo de investir no país

Com a bolsa a funcionar em pleno, o que cada um tem torna-se mais transparente. Sendo a bolsa um destino para as nossas poupanças e, augurando retornos significativos, até os marimbondos começarão a trazer de volta as suas poupanças o que certamente iria reforçar a nossa folha de caixa. A AGT, de certeza, poderia beneficiar duma colecta de impostos mais abrangente e a riqueza nacional poder-se-á finalmente tornar transparente.

O nosso povo não entende nada de ‘bodivar’, mas certamente que vai aprender a investir. Só assim, iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.





Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Sobre

Ver tudo

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos



11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos

Ver tudo



Edição 232 Partilhas 83 Likes 2,4 mil

A edição 232 do Valor Económico chegou a cerca de 70 mil internautas e na página do VE a capa especial mereceu mais de 15 mil interações entre comentários, partilhas e emoções dos internautas ao tema único da detenção de jornalistas enquanto cobriam uma manifestação em Luanda visivelmente credenciados. Os jornalistas ficaram detidos perto de 60 horas e a capa perguntava "Porquê" e apontava o modelo de liberdade de imprensa que o Governo prometeu.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Adelino Ndjavala Ndjavala

O maior problema... é que em todas as instituições do Estado Angolano ninguém sabe o seu verdadeiro papel. É recorrente.



Pii Natércio

Governo Angolano é a sombra do comunismo em Africa, com uma actuação arrogante e mentirosa, que nojo!!!



Helder Dos Prazeres

Acredito que a Polícia Nacional, pelo menos deveria se pronunciar sobre as detenções dos jornalistas.!!!



Manuel Bonifácio Cadete

Que triste, eu acho que eles adoram os gatunos da nação porque os que trabalham honestamente são presos. Esta não é Angola que sonhamos.



Ventura Manuel

Aquele que impede o caminho de uma revolução pacífica, abre o caminho para uma revolução violenta.



Dário De Jesus Lopes

Não tenho trabalho!
Se não estudaste, não tente culpar o estado pelas tuas dificuldades



Catala Júnior

Dário De Jesus Lopes engraçado você, quantos que estudaram estão aí sem trabalho?



Osvaldo Lucio

Jornalista preso, motivo estava a trabalhar. Angola Kuia, 2022 vão gostar.



Nyumbu André

MUITOS AINDA SERÃO INFECTADOS PELO SÍNDROME DE INCOMPETÊNCIA POLICIAL



Antóine Zau

Vamos ver se o JLO, vai levar esta informação ao ocidente.



Joseph Macedo

Porque Eles continuam surdos, cegos e mudos...



Helder Dos Prazeres

Assim o jornalista deve ser arruaceiro, como está a passar nas televisões de Angola...



Esdras Domingos Drawing Da Cruz

O único direito que temos em Angola, é de sofrer e ficar calados para não morrer!



Jose Vasconcelos Bernardo

A Ditadura com nova roupagem em FORÇA em Angola depois da era JES



Tito Chinguelessi Benjamim

Está para breve a reviravolta do seu fim.



Diocunha Dio

É muito triste o que vivemos em Angola super triste



Andre Manuel Direito

Como quem diz estás a trabalhar porquê?



Walter Antonio

Grande capa



Serina Flaviano

Isso é uma vergonha

Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19

PORTUGAL

Proposto novo estado de Emergência

O primeiro-ministro português propôs, esta segunda-feira, 2.11, ao presidente de Portugal que seja decretado o estado de emergência “com natureza preventiva” para “eliminar dúvidas” sobre a acção do governo para a protecção dos cidadãos em relação à pandemia da covid-19.

Esta posição foi transmitida por António Costa no final de uma audiência com Marcelo Rebelo de Sousa no Palácio de Belém. O primeiro-ministro afirmou que não pode haver dúvidas sobre “a possibilidade de o governo impor limitações à liberdade de deslocação, sempre que justificado, entre diferentes áreas do território, em certos períodos do dia ou em certos períodos da semana”. “Ainda no sábado, o Supremo Tribunal Administrativo rejeitou

duas providências cautelares que tinham sido suscitadas. É importante que haja um robustecimento jurídico dessa capacidade do governo, visto que, tratando-se de uma pandemia, em que o essencial é evitar contactos entre pessoas e impedir aglomerações, o recurso à limitação da liberdade de deslocação será frequente”, justificou.

António Costa declarou que o seu executivo pretende também eliminar dúvidas “sobre a legitimidade para se imporem medidas de controlo da temperatura, seja no acesso a locais de trabalho, seja no acesso a locais públicos”. “O controlo de temperatura, não sendo um elemento determinante da avaliação de risco, é um factor complementar e pode ser útil para a avaliação de risco”, defendeu.



MAS SEM SINTOMAS

Director da OMS em quarentena

O director-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que iniciou uma quarentena, após ter estado em contacto com uma pessoa infectada com covid-19, especificando que não apresenta sintomas.

Tedros Adhanom Ghebreyesus explicou, na conta na rede social Twitter, que “está bem e não apresenta sintomas”. “Estou bem e sem sintomas, mas estarei em quarentena nos próximos dias, de acordo com os protocolos da OMS, e trabalharei em casa”, escreveu.

O responsável da OMS tem estado na vanguarda das iniciativas da agência de saúde das Nações Unidas para combater a pandemia. No início de Outubro, foi obrigado a defender o trabalho da OMS, acusada, em particular pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de incompetência na gestão da pandemia.

A pandemia da covid-19 já provocou quase 1,2 milhões de mortos e mais de 46 milhões de casos de infecção em todo o mundo, segundo um balanço feito pela agência francesa AFP.

IRONIZA APOSTA NA VACINA

Bolsonaro defende que a pandemia está a acabar

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, afirmou que a pandemia da covid-19 “está a acabar” e voltou a criticar o governador de São Paulo, João Doria, por tentar encontrar rapidamente uma vacina contra a doença.

Numa conversa com apoiantes na capital Brasília, Bolsonaro adiantou que “está a acabar a pandemia. “Acho que ele [João Doria] quer vacinar o pessoal na marra [contra a vontade] rapidinho, porque a pandemia vai acabar e ele vai falar: Acabou por causa da minha vacina. O que está a acabar é o governo dele, com toda a certeza.”

Bolsonaro continuou, e adiantou que os paulistanos “têm um governador um tanto autoritário. “Quer até dar vacina na marra. O que é que eu vejo na questão da pandemia? Ela está a ir embora, isso já aconteceu, a gente vê em livros de história e ele [Doria] quer acelerar uma vacina agora, falou que ia vacinar 46 milhões, não é? Não sei, não tem autoridade para isso e, no meu entender, é uma arbitrariedade”, acrescentou o chefe de Estado.

Apesar de Jair Bolsonaro afirmar que a pandemia está perto do fim, a Europa atravessa uma

segunda onda de infecções e o Brasil continua a ser o país lusófono mais afectado pela pandemia e um dos mais atingidos no mundo, ao contabilizar o segundo número de mortos (cerca de 5,5 milhões de casos e 158.969 óbitos), depois dos Estados Unidos da América.

O Butantan, instituto vinculado ao governo de São Paulo, tem um acordo com a farmacêutica chinesa Sinovac para o desenvolvimento e produção da vacina Coronavac, que ainda se encontra na terceira fase de testes, mas que já está a ser alvo de uma forte disputa política no Brasil.

A 16 de Outubro, João Doria afirmou que a vacinação contra o novo coronavírus em São Paulo será obrigatória, excepto para pessoas que apresentem alguma restrição comprovada por um médico. Já o chefe de Estado, que se mostra céptico em relação à gravidade da pandemia, declarou que não obrigará ninguém a tomar o imunizante no país.



AS AUTORIDADES portuguesas registaram, nesta segunda-feira, 47 mortes por covid-19 num só dia, o maior número desde o início da epidemia. Número dos internamentos também alcançou novos máximos com mais de 2.506 novos casos.



POR CAUSA DA PANDEMIA

GPL suspende actividades do dia dos finados

Pela primeira vez em vários anos não se testemunhou a romaria aos cemitérios no Dia dos Finados, que se comemorou a 2 de Novembro. O Governo Provincial de Luanda (GPL) ordenou a suspensão de actividades relacionadas com o dia, incluindo romarias a cemitérios e actividades religiosas de massas para controlar a transmissão da covid-19.

Em comunicado distribuído quinta-feira, 29 de Outubro, o GPL destacou a “enorme preocupação sobre a necessidade de reter e controlar a transmissão da covid-19” e preservar a vida das pessoas que habitualmente se deslocam aos cemitérios para homenagear os entes queridos.

A suspensão das actividades neste dia deve-se ao facto de a cidade de Luanda, epicentro

da covid-19 em Angola, registar grande movimento e afluência de pessoas nestes locais. “Deste modo, estaremos a evitar o risco de propagação e a contribuir para uma redução do número de infectados por covid-19”, sublinha o GPL, aconselhando as famílias a permanecerem em casa e a cumprirem as normas de biossegurança e as orientações das autoridades sanitárias.

SOBRE IMPACTO DA PANDEMIA NAS EMPRESAS

BNA realiza mais um inquérito

O Banco Nacional de Angola (BNA) está a recolher, com base num inquérito, informações sobre o impacto da covid-19 nas Pequenas e Médias Empresas (PME).

Com esta iniciativa, à semelhança de outros inquéritos já efectuados, o BNA quer obter informações sobre a produção e comercialização das empresas para auxiliar a sua acção e a tomada de decisões.

Segundo uma nota do Departamento de Comunicação a que a Angop teve acesso, as PME, em Angola, são agrupadas nos diferentes sectores de actividade económica, designadamente agri-

cultura, produção animal, caça, floresta e pesca, indústria transformadora, construção, transporte e armazenagem, comércio, educação, alojamento e restauração, comunicação, informação, entre outros.

O inquérito reportado via online é de frequência mensal e vai até ao 15.º dia de Novembro, baseando-se num questionário de ‘resposta rápida’, sobre o volume de negócios, o número de trabalhadores, a utilização de instrumentos de apoio criados pelo Governo, as disponibilidades de liquidez e o recurso ao crédito.



PROGRAMA DE ALÍVIO ECONÓMICO

BDA desembolsou 13 mil milhões

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) desembolsou 13 mil milhões de kwanzas nos quatro meses de operacionalização das linhas de financiamento à produção nacional.

Os empréstimos foram feitos no âmbito do Programa de Alívio Económico, cujo processo teve início a 6 de Julho,

num total de 215 projectos de crédito já aprovados. Os 13 mil milhões referidos, de acordo com uma nota da instituição, correspondem ao valor empregado no financiamento de 111 projectos, sendo que estão em fase de formalização os restantes 90 projectos, que serão financiados após o processo de contratualização.



DESTACADOS NO CIAM

Três jornalistas testam reactivo

Dos 69 profissionais da comunicação social destacados diariamente no Centro de Imprensa Aníbal de Melo (CIAM), três acusaram reactivos à covid-19 no teste rápido feito a 31 de Outubro.

Os profissionais em causa serão submetidos ao teste de biologia molecular RT-PCR nesta terça-feira, para certificar o real estado clínico.

No passado mês de Junho, os jornalistas destacados habitualmente no CIAM foram submetidos, por duas vezes, ao teste de biologia molecular RT-PCR. Todos testaram negativo.

Marcas & Estilos



Criando pérolas

Eleve os jantares para o próximo nível com o Spherificator. Esta máquina sofisticada permite transformar praticamente qualquer líquido em pérolas em forma de caviar! É o primeiro formador de pérolas automático do mundo.



Silhueta agradável

A sensação leve e macia de algodão com suporte para alongamento foi desenvolvida para o máximo conforto. Esta peça da Rumi, cortada abaixo do joelho, foi projectada com cintura ascendente para uma silhueta agradável.



AUTOMÓVEL

Potência estratosférica

Esta é a Ford F-250, na versão Lariat, intermédia entre as versões XL e XLT, mais simples, e as King Ranch e Platinum, mais sofisticadas. Com cabina dupla, ostenta um estratosférico motor V8 Power Stroke, de 6,7 litros turbo-diesel de 446 cavalos de potência. A transmissão é automática de seis marchas e a tracção 4x4.

A primeira unidade da F-250 Lariat traz pintura em dois tons, pára-choques dianteiro e traseiro com acabamento cromado, maçaneta na cor do veículo, estribos e faróis de neblina. O espaço interno, é coisa de latifundiário.

Entre os equipamentos, destaque para o ar condicionado de duas zonas com controlo automático de temperatura, bancos com aquecimento, pedais ajustáveis, controlo de velocidade, retrovisor interno electrocrómico, central multimédia com tela de sete polegadas atrelado ao sistema Sync 3 com navegador GPS e sistema de som com 10 alto falantes e dois subwoofers.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 20 DE NOVEMBRO

O fotógrafo angolano Mauro Sérgio inaugura, a exposição 'CaDespedida', na Galeria Tamar Golan às 18 horas. A mostra vai ficar disponível até dia 20 de Novembro e poderá ser visitada de segunda a Sexta-feira entre as 9 e 17 horas.

13 E 14 DE NOVEMBRO

Feira de Empreendedor 2020, nas instalações da fábrica de sabão, no Bairro São João, no Distrito Urbano do Cazenga, das 10 às 17 horas, com entradas gratuitas.

PORTUGAL, LISBOA

11 DE NOVEMBRO

'Show Angola 45' com a participação de Bonga, Yola Semedo, Eduardo Paim, Jacob Desvareaux, Don Kikas, entre outros, no Teatro Capitólio, em Lisboa, às 21 horas. O concerto vai ser transmitido, na TPA e nas redes sociais do Platina Line.

LIVROS



O QUETE IMPEDE de dar o teu melhor? A maior parte das pessoas arranja desculpas como as relações com os outros, a falta de dinheiro, a m*rda de emprego ou uma série de circunstâncias aleatórias.



PENSE E FIQUE RICO, o livro de auto-motivação empresarial mais influente da história, nasceu de um encontro fortuito. Napoleon Hill, um jovem jornalista, entrevistou o magnata do aço Andrew Carnegie - provavelmente o americano mais rico do início do século XX.



TURISMO

A Cidade Rosa

Terra de marajás, Jaipur, mais conhecida por a Cidade Rosa, mantém-se como um paraíso de jóias e sedas, com os palácios mais belos da Índia tornando-a extravagante e poderosa. A Capital do Rajastão (maior estado indiano) tem o nome de cidade cor-de-rosa, porque as construções foram pintadas desse tom (que significa hospitalidade) em 1853, por ordem de um marajá, para agradar ao príncipe de Gales durante a visita. Na Índia, o rosa é a cor das boas-vindas e a tradição de pintar os prédios históricos tem sido mantida até hoje.

Jaipur é uma daquelas cidades indianas onde vacas, macacos, bicicletas e uma enorme quantidade de tuk-tuks enchem as ruas e, mesmo assim, vivem em harmonia. Para caminhar pela cidade, é necessário que se esteja atento ao trânsito e fugir da insistente abordagem dos vendedores nos mercados centrais. A cidade é repleta de feiras e um destino perfeito para entender melhor a cultura indiana.

A culinária repleta de especiarias é uma marca da Índia. Apesar da maior parte dos pratos ser vegetariana, há muitas opções que incluem peixe, cordeiro, frango e carneiro.

EM APENAS MIL ANOS

Gronelândia pode desaparecer

A Gronelândia vai perder este século ao maior ritmo dos últimos 12.000 anos. A conclusão é de um estudo publicado na revista 'Nature', que adianta um outro dado preocupante. Esse degelo pode fazer aumentar o nível das águas do mar entre 2,4 e 9,9 centímetros. Mais: no pior dos cenários, o gelo do território "pode ter desaparecido completamente em apenas mil anos". A equipa de investigadores de universidades dos EUA e do Canadá traçou vários cenários, tendo em conta os vários períodos geológicos. A massa de gelo da Gronelândia teve a maior perda, de 6,1 mil milhões de toneladas por século, há entre 10.000 e 7.000, o maior número de sempre.

As simulações para este século levam a crer que essa perda possa ir dos 8,8 mil milhões aos 35,9 mil milhões de toneladas. "Alterámos tanto o nosso planeta que o ritmo de degelo este século está a caminho de serem maiores do que alguma vez vimos nos últimos 12.000 anos", disse ao The Guardian, Jason Briner, professor de Geologia na Universidade de Buffalo e um dos autores do estudo. Se o aquecimento global se mantiver, a camada de gelo poderá desaparecer em mil anos.

Os investigadores frisam, no entanto, que é necessária mais informação para afirmar se se trata de uma tendência ou se é uma alteração normal ao longo dos séculos.



Entre as plantas, estão espécies que podem ser valiosas como alimentos, bebidas, medicamentos ou fibras.

ALERTA UMA PESQUISA DO REINO UNIDO

Centenas de plantas medicinais em risco de extinção

SUSTENTABILIDADE. Relatório realça que plantas e fungos são os blocos de construção da vida no planeta Terra e têm o potencial de resolver problemas urgentes que ameaçam a vida humana.

Um estudo publicado pelo Jardim Botânico Real Kew, no Reino Unido, aponta que desperdiçar plantas e fungos prejudica o ambiente. Duas em cinco plantas está em risco de extinção - 723 das quais medicinais.

O relatório sobre o estado das plantas e fungos no mundo, publicado recentemente pelo Jardim Botânico Real de Kew, no Reino Unido, sustenta que o não aproveitamento está a pre-

judicar as pessoas e o planeta.

O documento alerta para a necessidade premente de "explorar as soluções que as plantas e fungos podem fornecer para lidar com algumas das pressões que as pessoas e o planeta enfrentam".

"Plantas e fungos são os blocos de construção da vida no planeta Terra" e "têm o potencial de resolver problemas urgentes que ameaçam a vida humana", realça o relatório.

Mas "esses recursos vitais estão a ser comprometidos pela perda de biodiversidade".

A investigação, que resulta de uma "vasta e inédita colabo-

1.942

Plantas e 1.886 fungos foram nomeados como novos para a ciência em 2019.

ração internacional entre 210 cientistas de 42 países", mostra como actualmente se utilizam plantas e fungos, quais as propriedades úteis que faltam explorar e o que se corre o risco de perder.

'Referência internacional', o relatório Kew's State of the World's Plants and Fungi, que

vai na quarta edição, é "um mergulho profundo no estado actual do reino das plantas e do reino dos fungos à escala global".

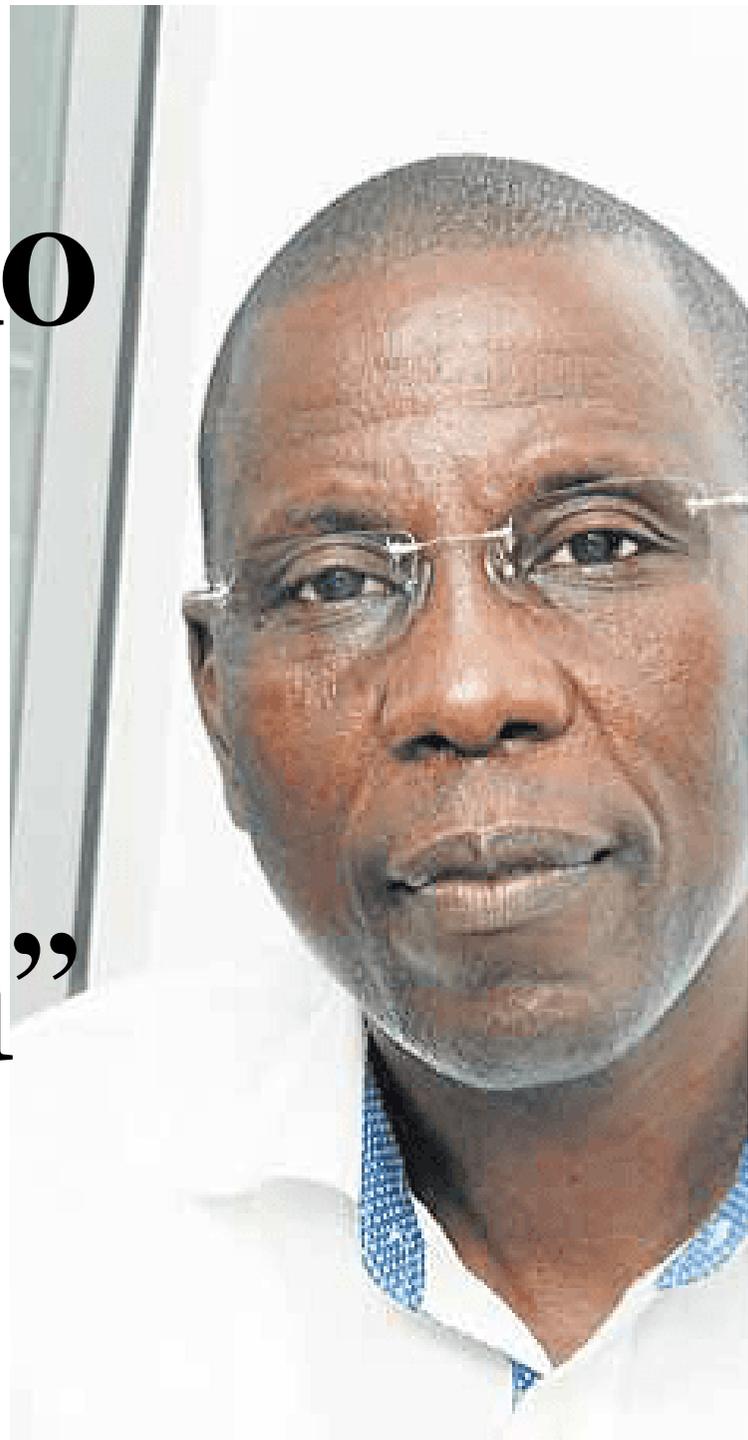
Os autores descobriram que 1.942 plantas e 1.886 fungos foram nomeados como novos para a ciência em 2019. Entre essas, estão espécies que podem ser valiosas como alimentos, bebidas, medicamentos ou fibras.

A par da inventariação da diversidade de cogumelos, o projecto trabalha com as comunidades locais para valorizar e gerir de forma sustentável estes recursos, melhorando simultaneamente a sua qualidade de vida.

Educação & Tecnologia

DAVID CAPELENGUELA, SECRETÁRIO-GERAL DA UEA

“A UEA era uma instituição considerada mas, infelizmente, hoje está caída”



LITERATURA. União dos Escritores Angolanos (UEA) corre o risco de fechar por falta de dinheiro. Funcionários estão há 8 meses sem salários e as paredes da instituição prestes a cair. O secretário-geral, David Capelenguela, lamenta por não conseguirem editar nenhum livro desde o início do seu mandato.

Por Lúcia de Almeida

A PROMOVER A LITERATURA ANGOLANA HÁ 45 ANOS

A UEA é a primeira editora do país e a primeira associação cívica criada 29 dias depois da independência de Angola, isto é, a 10 de Dezembro de 1975, por Agostinho Neto, António Jacinto, Botelho de Vasconcelos, Luandino Vieira, João Melo, entre outros. O primeiro presidente da assembleia-geral foi Agostinho Neto e o primeiro secretário-geral, Luandino Vieira. Com o objectivo de promover a defesa da cultura angolana como património da Nação, a ‘casa’ dos escritores angolanos controla actualmente 128 membros e conta com 28 funcionários.

da UEA é editar obras dos membros, essa nova direcção tem um ano e meio e ainda não editou nenhum livro, é para verem a dimensão das dificuldades que estamos a viver.

Quem deve custear as despesas da UEA?

A UEA é uma instituição de utilidade pública e devia receber do fundo público e não recebe há mais de um ano.

Mas os funcionários estão sem salários há mais de oito meses...

No quintal da UEA, há um jango que está arrendado a uma empresa que paga ou pagava mensalmente 300 mil kwanzas, e há mais de seis meses que também não paga o arrendamento. É uma empresa que presta serviços à Taag. A transportadora ficou parada esse tempo todo e eles também estão com dificuldades em pagar a renda. Entretanto, a UEA tem também no quintal uma empresa de construção civil conseguimos sobreviver até Dezembro e passar estes meses porque a Somague estava ali, agora que a empresa se retirou e foi para o seu próprio escritório a situação piorou.

O que diz a instituição de tutela?

O Ministério da Cultura diz que não há dinheiro. Porque o dinheiro vai para o Ministério da Cultura e é o Ministério que paga à UEA, à UNAC e à UNAP. E parece que estas outras instituições estão na mesma condição.

Quanto a UEA recebe mensalmente?

Recebíamos entre três e quatro milhões de kwanzas, isso na gestão anterior. Na nossa gestão, recebemos apenas duas vezes: a primeira vez 500 mil e a segunda 800 mil kwanzas. Isto entre Junho e Agosto do ano passado.

O que está a ser feito para que a instituição não feche as portas?

Como anda a UEA? As coisas estão muito difíceis os colaboradores estão sem salário há quase oito meses, não editamos livros, não temos seguro de saúde para membros fundadores. Os membros fundadores são pessoas já com uma certa idade e precisam de uma atenção especial da associação porque eles contribuíram para o seu surgimento nem temos condições sequer. A missão principal

“Na nossa gestão, recebemos apenas duas vezes: a primeira vez 500 mil e a segunda 800 mil kwanzas. Isto entre Junho e Agosto do ano passado.”

UNAP e UNAC correm mesmo risco

Assim como o secretário-geral da UEA, os da União Nacional dos Artistas Plásticos (UNAP) e o da União Nacional dos Artistas e Compositores (UNAC) confirmam estarem a enfrentar dificuldades financeiras.

O secretário-geral da UNAP, António Tomás Ana, Etona, revela que a instituição que dirige está há dez meses sem receber qualquer subsídio do Estado por isso viu-se obrigado a dispensar todos os colaboradores. Manifesta-se pasmado pela falta de interesse do Governo que não dá qualquer explicação nem tão pouco resolve o problema. Etona revela que muitas vezes recorre a meios próprios para suprir algumas necessidades da UNAP bem como de alguns funcionários para que estes “não passem fome”.

“A UNAP não está a reclamar por dinheiro só para viver, mas dinheiro da assistência, aquilo que a lei prevê como entidade ou instituição de utilidade pública”, sublinha.

Etona explica que nos primeiros meses o Ministério dizia que “estava a tratar do assunto”, entretanto, depois da junção dos ministérios [Cultura, Turismo e Ambiente] as coisas “pioraram mais”, lamenta.

O secretário-geral pede que se faça um debate entre as partes envolvidas para que se chegue a um consenso e para que possam ser compreendidos. “O próprio Ministério tem de criar condições para arrumar a área e as instituições, criar elementos de credibilidade, actores para discutirem e trazerem informações mais coerentes de forma que o país seja país”, remata.

O artista plástico afirma que de forma oficiosa tomou conhecimento de que o Ministério da Cultura não inscreveu

a associação que comanda no OGE, também deste ano. O dirigente da UNAP pede mais “responsabilidade” e “respeito” pelas instituições por parte do Ministério da Cultura “não somos selvagens, não custava nada chamarem as instituições e darem informações oficiais no sentido de compreendermos o que se está a passar”, reclama.

Por sua vez o secretário-geral, Zeca Moreno, nomeado no ano passado, afirma que desde que desde Janeiro de 2019 que iniciou o seu mandato nunca recebeu subsídios do Ministério da Cultura Turismo e Ambiente e que já levou a preocupação à ex-ministra Adjany Costa, mas não obtiveram resposta.

Zeca Moreno confirma que o Ministério da Cultura não inscreveu a UNAP no OGE deste ano e garante ter em sua posse um documento do Ministério das Finanças que confirma. “A informação que temos do Ministério da Cultura é do ponto de vista informal, o que é verdade é que desde Janeiro de 2020, nenhuma associação recebeu subsídios o Ministério das Finanças diz houve uma omissão na inscrição da rubrica”, explica.

O músico acredita que o pouco tempo que a então ministra exerceu as funções “não foi suficiente para que talvez pudesse solucionar o problema”. Entretanto, espera que o actual ministro, Jomo Fortunato, possa inscrever no OGE para 2021 o que diz respeito ao subsídio as organizações de utilidade de pública, por este ser um homem mais ligado a cultura e por conhecer as dificuldades que por muitos artistas passam, confia. A UNAC comporta cerca de quatro mil artistas e 12 funcionários.

o Ministério das Finanças porque essas instituições vivem assim...

E os membros ...

Muitos dos associados, infelizmente, são os que pertenceram à gestão da UEA no passado e hoje só nos ajudam a lamentar porque sabem que a gestão deles foi brilhante, o Estado estava presente e a UEA tinha um lugar de destaque no país, era uma instituição considerada e que servia directamente para o apoio ao sistema de governação. Infelizmente, hoje, a UEA está caída. São pessoas que criaram a UEA entrando para o sistema de desenvolvimento da literatura angolana porque são escritores que vinham usando a literatura como forma de combate. Quer dizer que o prestígio que a UEA tinha há pelo menos, 25-30 anos, não é o mesmo que essa instituição tem. Hoje, vais lá para dentro encontras as paredes a caírem, nem sequer condições para pintar uma parede tem.

Sente que o Estado não está a dar o devido reconhecimento?

Não diria assim. Por exemplo, tenho estado a escrever cartas para o Presidente da República, e este despacha para o Ministério da Cultura. É que depois disso morre no Ministério da Cultura.

Como sabe que o Presidente responde?

Por intermédio das correspondências que recebemos do Ministério da Cultura, que nos diz: “recebemos a carta que veio da Presidência, gostaríamos que a UEA fosse mais precisa”... Mandamos as facturas, mandamos os programas e um montão de coisas e o assunto morre por aí. Escrevi a 8 de Outubro, para o PR, o Presidente despachou para o Ministério da Cultura. Esperava-se que, em função do que foi exposto na carta dirigida ao PR, o Ministério agisse. Não tem de nos pedir mais documentos concretos. Que documento concreto? Vamos fazer uma cerimónia dos 45 anos da UEA, temos o orçamento apresentado e é aí que o Ministério deve pegar e dizer o que sim e o que não... Mas creio que isto não vai andar, vai morrer por aí.

E as quotas?

Alguns pagam, outros não. Os que não pagam são aqueles que são membros fundadores. O nosso estatuto diz que os membros fundadores gozam de estatuto especial, e até concordo. Os demais 60% pagam as suas quotas.

Espaço patrocinado

Continuamos a viver sem
saber o que é justiça
Atiram-se as gentes como
vulgares milícias
Intimidam, prendem,
pisam e dão palhiça
A essas massas que vindas
das províncias
Para sobreviver não têm
qualquer premissa.
Enfrentam nas ruas os
brutamontes polícias
Que lhes roubam o bombó de
forma castiça
Por ordem do comando
distribuem carícias
Como os padres dão hóstias em
qualquer missa
Seguiremos fazendo as
possíveis denúncias
Para uma manifestação
que por nada enguiça
Um dia em que a vida brilhe
como estrelícias,
Na esperança que um dia ainda
se faça justiça

Ariel de Palma
(Pseudónimo Literário)



As instituições têm estado a conversar, mas, infelizmente, ouvimos coisas muito tristes. Por exemplo, dizem que houve uma falha no Ministério das Finanças, de não incluir as instituições de utili-

dade pública que estão anexas ao Ministério da Cultura no OGE de 2020 por um lapso qualquer. A par disso, o Ministério da Cultura devia encontrar uma alternativa para poder negociar com

NÚMEROS DA SEMANA

70%

Execução física das obras do quebra-mar e do terminal de passageiros do Porto de Cabinda, segundo o seu administrador executivo, Manuel Nunes Barata.

500

Jovens vão beneficiar de formações, este mês e em Dezembro, numa promoção do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Média Empresas (Inapem).

130

Toneladas de sal que poderão ser produzidas até ao final deste ano, em Benguela, um aumento de 10 mil toneladas em relação a 2019.

20%

É a redução estimada para este ano económico na produção de diamantes, segundo o presidente do conselho de administração da Endiama, Ganga Júnior.



ESTUDO DO BANCO MUNDIAL

Perto de 3 em cada 10 angolanos não têm conta bancária por falta de dinheiro

A falta de dinheiro é o maior obstáculo entre os angolanos para a abertura de uma conta bancária, segundo o Inquérito de Capacidade Financeira de 2019, realizado pelo Banco Mundial, que fixa em cerca 29% as pessoas com essa dificuldade, enquanto 18% apresentaram a falta de documentação como obstáculo.

Noutro ângulo, 12% dos adultos afirmaram não ter uma conta bancária por “falta de conhecimento em como abrir uma conta” e 10% respondeu que foram “impedidos de abrir uma conta devido à falta de acesso físico”.

“A falta de confiança nas instituições financeiras não é um problema em Angola, com apenas 3% reportando-a como um obstáculo significativo ao alcance de maior inclusão financeira. Outras barreiras comumente cita-

das, tais como distância e falta de conhecimento, podem ser directamente abordadas pelas políticas públicas”, lê-se no relatório.

O estudo dá conta que 38% dos adultos angolanos já fizeram recurso a algum tipo de empréstimo tanto de fontes formais e/ou informais. No entanto, 16% dos entrevistados usam exclusivamente produtos de crédito formal e 8% contam apenas com fontes informais, enquanto 14% combinam fontes formais e informais de empréstimos. “Significativamente, mais homens do que mulheres reportaram qualquer tipo de empréstimo (42% para 34%)”, lê-se também no estudo que entrevistou cerca de 1.189 adultos.

O Banco Mundial, que realizou o relatório com contribuições do Banco Nacional de Angola e do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira, alerta, entretanto, que “não garante a precisão dos dados no presente trabalho”.

COM PETROLÍFEIRAS

Rússia analisa acordo OPEP+

O governo russo reuniu-se, nesta segunda-feira, com as empresas petrolíferas domésticas para discutir o acordo OPEP+ e a produção de petróleo no país, de acordo com a imprensa local, salientando que as autoridades governamentais se recusaram a dar pormenores sobre a decisão do encontro.

“Há muitos países [na OPEP+] e não seria certo correr na frente do comboio”, respondeu o vice-ministro da energia russo, Pavel Sorokin, citado pela imprensa local. A Rússia tem estado a ser pressionada pelos parceiros da OPEP+ no sentido de considerar o abandono de plano de aumentar a produção no próximo ano, devido à nova pressão sobre a demanda de petróleo com as novas restrições impostas pela pandemia.

O presidente russo, Vladimir Putin, disse no mês passado, que a Rússia não vê necessidade de mudar de rumo no momento, mas reconheceu a possibilidade de que o grupo OPEP+ possa decidir manter ou mesmo aprofundar as restrições à produção existentes, em vez de seguir o plano original de aumentar as quotas em Janeiro.

A OPEP e os parceiros não pertencentes à OPEP estão programados para reduzir os cortes de produção de petróleo bruto em quase 2 milhões b/d no início do próximo ano, na terceira e última fase de seu acordo actual. Mas a pressão renovada sobre a procura de petróleo da segunda e potencialmente terceira ondas da covid-19 e uma recuperação na produção de petróleo da Líbia, que está isenta do acordo, levantaram dúvidas sobre a capacidade do mercado de petróleo de absorver a oferta extra.



INSTRUTIVO DO BNA

Declarações de crédito só nos bancos comerciais

O Banco Nacional de Angola (BNA) já não vai emitir declarações de responsabilidade de crédito interno ou externo a partir desta terça-feira, 3. A entidade recomenda aos clientes a dirigirem-se aos respectivos bancos comerciais para efeitos de solicitação das declarações de responsabilidade de crédito, visando reforçar “o estrito cumprimento dos requisitos regulamentares aplicáveis à prestação de informação mínima aos clientes bancários”.

Em nota, o BNA lembra que “as declarações em causa atendem a fins diversos, tais como a mudança de conta salário, concessão de crédito no sistema financeiro angolano, exigências de crédito no sistema financeiro angolano e obtenção de crédito no exterior”, acrescentando que as medidas “visam a plena satisfação das legítimas expectativas dos titulares de conta na banca comercial”.

O banco central faz, igualmente, referência ao ponto 11 do Instrutivo nº13/2020, de 17 de Julho, através do qual os mutuários, avalistas e garantes têm o direito de ter conhecimento das informações a seu respeito que constem junto da Central de Risco de Crédito, “devendo, sempre que o pretenderem, solicitar as mesmas a qualquer instituição financeira onde sejam mutuários, avalistas ou garantes”.